

Fábio Rodrigues Pozzebon - ABr



Maia não garante votação até final de 2017: “faltam muitos votos”

Apesar de toda a encenação do governo de que pode votar a qualquer momento a “reforma” da Previdência, o presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia (DEM), teve que admitir publicamente que está muito difícil votar. “Eu estou realista. Trabalho 24 horas por dia neste tema. Eu não vou sair deste tema. Se garantir (os votos), vota ainda neste ano. Eu não posso dar data, porque não tem voto. Eu só vou marcar a data se nós tivermos os votos. Tá faltando voto”, afirmou Maia. “Falta muito voto”, insistiu. **Pág. 3**

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

José Cruz - ABr



Meirelles diz que o candidato de Temer em 2018 é ele, não Alckmin

Segundo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o “PSDB está tendendo na direção de não apoiar o governo e isso terá consequências no processo eleitoral [de 2018]”. **P. 3**

Doleiro foragido faz intriga contra Moro na CPI-JBS

A CPMI da JBS, montada pelo Planalto para atacar a Lava Jato e livrar Temer e os demais ladrões do dinheiro público, aplaudiu o doleiro da Odebrecht, o advogado Tacla Durán, que está foragido da Justiça e se esconde da prisão. **Página 3**

Advogados de Lula reclamam que Justiça está rápida demais

Um deles, Cristiano Zanin, reclamou da rapidez da Justiça, e disse que vai “pedir ao tribunal informações sobre a ordem cronológica dos recursos em tramitação”. **Página 3**

Sem voto e sob a ameaça da greve geral, Temer adia a votação da PEC

Nova data pode ser 12 de dezembro: ‘Se Temer marcar, o Brasil vai parar’

A votação do ataque à Previdência Social, prevista para o dia 6 foi suspensa pelo governo. Temer & quadrilha chegaram à conclusão de que seriam derrotados se insistissem na votação. Agora, tentam votá-la no dia 12. As entidades sindicais, que haviam marcado greve geral para a véspera da votação, declararam que irão à greve

se o governo tentar outra vez aprovar a PEC contra as aposentadorias. Depois de atacar o PSDB e exigir dele submissão total, Meirelles, inscrito no PSD, viu 32 deputados – dos 38 que seu partido tem – pedirem o adiamento da votação. “Não é hora de discutir a reforma da Previdência no Congresso”, disse o líder do PSD, deputado Marcos Montes. Depois de uma

reunião fechada com o banco norte-americano J.P. Morgan, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, declarou que ia se esforçar para aprovar o ataque aos direitos previdenciários do povo, mas que “ainda” faltavam muitos votos. Temer e Meirelles querem que os partidos governistas, como na ditadura, e obriguem seus deputados a votar no que eles não querem votar. **P. 3**

“Quase 100% das vagas no setor privado são informais”, diz IBGE



Polícia antimotim se recusa a reprimir povo em Honduras

Revolta popular contra a fraude do governo neoliberal na eleição para presidente

“Antes de sermos policiais, somos seres humanos”, afirmaram agentes do Comando de Operações Especiais (Cobras), durante protesto na segunda-feira em frente às instalações do seu quartel

general, em Tegucigalpa, capital de Honduras. “Somos garantias do povo, não podemos reprimir e nos matar entre nós”, declarou um agente. Denunciando o atraso nos salários de outubro e no-

vembro, cerca de 300 Cobras condenaram a manipulação a repressão. Uma multidão tomou as ruas de Tegucigalpa, San Pedro Sula, La Ceiba e outras cidades contra o assalto às urnas praticado

pelo golpista Juan Orlando Hernández (JOH), candidato à reeleição. Até a tarde de terça a repressão causada pelas forças do governo já havia assassinado sete pessoas e ferido mais de 20. **Página 6**

Para o coordenador do IBGE, Cimar Azeredo, a informalidade é que continua aumentando o nível da ocupação no país. “Não temos nesta pesquisa a geração de um posto sequer de carteira assinada”, disse ao divulgar o resultado da PNAD Contínua de outubro, que registrou uma pequena redução na taxa de desocupação, por conta do aumento do número de trabalhadores sem carteira e por conta própria. **Página 2**

Anel de Cabral virou propina pelo Maracanã, diz Cavendish

Fernando Cavendish disse ao juiz federal Marcelo Bretas que o anel de R\$ 840 mil comprado na Europa para a ex-primeira-dama do Rio de Janeiro, Adriana Ancelmo, a pedido do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), foi compensado com a inclusão de sua empresa nas obras de reforma do Maracanã. “O Maracanã foi a contrapartida”. **Página 4**

Governo dá novo aumento e gás já acumula 68% de alta em 5 meses

O gás de cozinha teve uma nova alta de 8,9%. Preço do botijão dispara e afeta a renda do trabalhador e o desempregado. **Página 2**



Produção de produtos alimentícios cai 5,7%
Produção industrial se mantém estagnada em outubro, segundo IBGE

A produção industrial brasileira se mantém estagnada, com crescimento de apenas 0,2% em outubro, comparado com o mês anterior, segundo dados divulgados nesta terça-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os nove ramos que reduziram a produção nesse mês, produtos alimentícios (-5,7%) obteve o desempenho mais negativo em relação à média global, eliminando o aumento de 3,7% verificado em setembro. Outros resultados negativos importantes foram observados nos setores de coque (usado para a produção de ferro), produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,6%) e de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-3,2%). Os setores de bens de consumo duráveis (-2,0%) e de bens intermediários (-0,8%) recuaram em outubro de 2017, com o primeiro interrompendo três meses consecutivos de alta, período em que acumulou ganho de 9,7%, e o segundo eliminando o avanço de 0,7% assinalado no mês anterior. Entre as grandes categorias econômicas, ainda na comparação com o mês anterior, bens de consumo semi-duráveis e não-duráveis, ao crescer 2,0%, apontou para a expansão em outubro de 2017 e interrompeu dois meses consecutivos de queda na produção, período em que acumulou redução de 2,8%.

A evolução do índice de média móvel trimestral para o total da indústria mostrou variação negativa (-0,1%) no trimestre encerrado em outubro de 2017 comparado com o encerramento do mês anterior. Entre as grandes categorias econômicas, com ajuste sazonal, bens intermediários (-0,4%) e bens de consumo semi e não-duráveis (-0,3%) tiveram resultados negativos nesse mês, enquanto bens de consumo duráveis (1,3%) e bens de capital (0,7%) tiveram pequena alta em outubro de 2017. Na comparação com igual mês do ano anterior, o setor industrial assinalou expansão de 5,3% em outubro de 2017. No índice acumulado de 2017, frente a igual período do ano anterior, o setor industrial mostrou expansão de 1,9%. Grande parte desse resultado refere-se a uma base de comparação extremamente deprimida em 2016. Entre as atividades, a de veículos automotores, reboques e carrocerias (27,4%) dirigidas para exportação exerceu a maior influência positiva sobre a média da indústria, impulsionada, em grande parte, pela maior fabricação dos itens automóveis, caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões, veículos para transporte de mercadorias e autopeças.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.R.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hf.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Desemprego eleva contingente de ambulantes e sem carteira



PNAD Contínua registra 12,7 milhões de desempregados em outubro

Parente esfola o povo com aumento do gás de cozinha pela sexta vez seguida

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, autorizou mais um aumento no preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) usado em botijões de até 13 kg, o chamado gás de cozinha, agora no percentual de 8,9% nas refinarias, que passou a vigorar na terça-feira (5). E o sexto aumento consecutivo do produto desde agosto. Em nota, o sindicatos das distribuidoras já avisaram que vão repassar o preço aos consumidores e o aumento pode chegar a 9%. Desde o início dos aumentos, a pretexto da “alta das cotações do produto nos mercados internacionais”, o reajuste acumulado no preço do gás vendido em botijões às famílias brasileiras chega a 67,8%. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) divulgou que o preço médio do botijão passou de R\$ 55,74 em janeiro para R\$ 65,64. Em muitas localidades atinge até R\$ 80,00. Segundo o IBGE, mais de 43 milhões de trabalhadores, de um total da mão de obra ativa de um pouco mais de 100 milhões, ganham, em média, R\$ 730,00. Menos de um salário mínimo. Uma família com dois de seus membros recebendo essa mixaria, um único botijão de gás pode comprometer pelo menos 5% do seu orçamento mensal. A Petrobrás tem condições de comercializar o gás de cozinha a preços inferiores e ainda com lucro. Essa seria uma postura correta para uma estatal voltada para os interesses nacionais e não essa que o Sr. Parente esta formatando no afã de privatizar e entregar para o cartel das petroleiras.

PIB: taxa de investimento no 3º trimestre é inferior ao do desastroso ano de 1996

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu apenas 0,1% no terceiro trimestre deste ano, na comparação com os três meses anteriores. Os dados foram divulgados na sexta-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em termos reais, o PIB do terceiro trimestre deste ano retroagiu ao nível daquele de sete anos atrás, com a menor taxa de investimento (16,1% contra 16,3% no terceiro trimestre do ano passado) de toda a série estatística atual do IBGE. A taxa de investimento deste trimestre é inferior, mesmo, à do terceiro trimestre do ano de 1996 (18,7%), há 21 anos atrás, quando o governo Fernando Henrique devastava o país. Apesar de ter subido pela primeira vez em 16 trimestres no período de julho a setembro, o investimento acumula queda de 3,6% no ano. Ressalte-se que em termos de percentagem do PIB – ou seja, taxa de investimento – ele continuou caindo, como já mencionamos, encontrando-se abaixo do terceiro trimestre de 1996. A atividade na indústria recuou 0,9%, com a retração na construção civil (-6,1%) influenciando negativamente o resultado. A indústria de transformação – o setor decisivo para o crescimento –, segundo o resultado divulgado pelo IBGE, em 2016, baixou sua participação no PIB para apenas 11,9%, inferior à de 1947 (19,9%), quase 70 anos antes. Não deixa de ser impressionante – porque parece uma loucura, se não fosse um estelionato – a suposta (ou encenada) comemoração do governo e de alguns órgãos da mídia por um resultado evidentemente desastroso. A mais ridícula de todas foi a aparecida em um jornal supostamente dedicado à economia, segundo o qual, “Sem agropecuária, PIB cresceria em torno de 0,6% no trimestre”. Além do problema de que é impossível retirar a agropecuária da economia, sem ela todo o resultado do PIB desabaria, pois, no ano, é apenas o resultado positivo da agropecuária que impede o número que expressa o PIB de afundar em um abismo. Por fim, retirar a agropecuária para acrescentar 0,5 pontos percentuais no PIB parece coisa, realmente, de maluco – com todo respeito aos malucos verdadeiros. No ano, o PIB acumula um crescimento pífio de 0,6%, exatamente devido à agropecuária, que avançou 14,5%. Os demais setores da economia estão em queda, no acumulado do ano. O setor de serviços, também tem, até setembro, resultado negativo (-0,2%), influenciado pela queda nas atividades de informação e comunicação (-2%) e atividades financeiras (os bancos restringiram mais ainda o crédito ao público), de seguros e serviços relacionados (-1,8%).

Mantega montou esquema de corrupção no Carf, diz ex-auditor da Receita Federal

O ex-auditor da Receita Federal Paulo Roberto Cortez afirmou, em colaboração premiada no âmbito da Operação Zelo, que o ex-ministro dos governos petistas Guido Mantega montou um esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que visava beneficiar empresas privadas. O Carf é a instância para a qual as empresas recorrem contra multas aplicadas pela Receita Federal. Segundo Cortez, que também atuou como conselheiro do órgão, houve manipulação da composição do Carf para favorecer, de forma ilegal, a empresa Cimento Penha, que conseguiu a anulação de uma multa de R\$ 57 milhões. Em troca,

“Não temos nesta pesquisa a geração de um posto sequer de carteira assinada”, diz o pesquisador do IBGE Cimar Azeredo, ao divulgar a PNAD Contínua de outubro

Os resultados da PNAD Contínua apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no dia 30 de novembro, foram comemorados por Michel Temer como provas do fim da recessão. Para o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, a coisa não é bem assim. A informalidade é que continua aumentando o nível da ocupação no país. “Não temos nesta pesquisa a geração de um posto sequer de carteira assinada”, enfatizou o pesquisador ao divulgar o resultado do trimestre terminado em outubro. Segundo o IBGE, do total de empregados, 33,3 milhões de pessoas tinham carteira de trabalho assinada - praticamente o mesmo número do trimestre anterior. Frente a um ano atrás, 738 mil pessoas deixaram de ser registradas (uma queda de 2,2%). De acordo com a pesquisa, aproximadamente 2,3 milhões de postos foram criados em 2017, desde o trimestre iniciado em fevereiro. Destas, cerca de 1,7 milhão são postos informais – ou 76% das vagas geradas. O restante corresponde às contratações no serviço público espalhadas por todo o Brasil (511 mil). Assim, é válido afirmar que cerca de 100% das vagas geradas pelo setor privado foram informais – as formais somaram apenas 17 mil vagas, o que, nas palavras do IBGE, é “inexpressivo”. Esses números apresentam uma contradição com recentes números do Caged, do Ministério do Trabalho. Com o desemprego recorde, a produção industrial e as vendas no fundo do poço, aumentou o trabalho informal, o trabalho precário, sem carteira e sem direitos. A taxa de desocupação medida pela PNAD Contínua no trimestre agosto, setembro e outubro está em 12,2%. São 12,7 milhões de brasileiros desempregados, num total de 26,8 milhões sem emprego, se considerarmos a taxa de subutilização do IBGE. A pequena variação de menos 0,6% na taxa de desocupação de agosto a outubro em relação ao trimestre de maio a julho resultou num aumento de 2,4% de trabalhadores sem carteira assinada, que somaram 11 milhões de pessoas. O contingente de trabalhadores por conta própria (23 milhões) cresceu 1,4% de agosto a outubro na comparação com o trimestre anterior (326 mil pessoas a mais). Em relação ao mesmo período de 2016, houve alta de 5,6% (aumento de 1,2 milhão de pessoas). “De fato, entre as 868 mil pessoas a mais na população ocupada (0,6%), frente ao trimestre terminado em julho, 326 mil são trabalhadores por conta própria, 254 mil são empregados do setor privado e 177 mil são trabalhadores domésticos, diz o IBGE. “O aumento do número de trabalhadores domésticos também foi substancial”, afirmou Azeredo. Formando um contingente de 6,3 milhões de pessoas, 2,9% a mais que no trimestre encerrado em julho. Segundo o pesquisador, as pessoas “estão buscando trabalho doméstico, na maioria das vezes sem carteira, por falta de espaço na economia formal”. Todavia, a taxa de desemprego está maior do que no mesmo período do ano passado – quando era de 11,8%. Isso representa um adicional de 698 mil pessoas em um universo de 12,7 milhões de desempregados no país. Os números, contudo, apenas reforçam o retrato de um país em crise profunda: quase 100% dos empregos gerados em 2017 foram informais, ou seja, sem carteira assinada. São trabalhadores que vitimados – e não beneficiados – pelo arrocho fiscal de Temer/Meirelles, tiveram de recorrer aos chamados bicos ou camelôs para sobreviver. “A geração de postos de trabalho com característica informal contribui para a precarização do mercado de trabalho, pois adiciona a esse mercado ocupações de baixa qualidade”, afirmou Azeredo. A PNAD Contínua, por sua metodologia, estima a taxa de desemprego no país a partir do critério dos que se declaram “ocupados” ou “desocupados”, porém à procura de emprego. Isso significa que, para ser considerado empregado, um cidadão não precisa sequer receber uma remuneração. É o caso dos trabalhadores familiares, que compõem a estatística. É o trabalhador do ramo da construção civil que, desempregado, passou a fazer bicos em construções precárias; ou a mãe de família que passou a cozinhar para fora e conta com a ajuda dos filhos. Segundo Azeredo, o crescimento dessas vagas se concentrou na construção e no ramo de alimentação e comércio – que são basicamente os camelôs. Também cresceu o número de pessoas ocupadas com serviços de transporte – como motoristas de Uber - e com serviços de beleza, como manicures. O importante é registrar que não ter carteira assinada significa salários mais baixos, perda de direitos como o FGTS e seguro-desemprego, além da restrição de licença e férias remuneradas – entre outros ataques aos direitos dos trabalhadores. Sem contar a redução consequente de contribuições para a Previdência. O rendimento médio do trabalhador informal, segundo a própria pesquisa, foi de R\$ 1.253 no trimestre encerrado em outubro – 42% a menos que a média de todos os trabalhadores

PRISCILA CASALE

PGR acusa Geddel de lavagem de dinheiro e associação criminosa

A Procuradoria-Geral da República denunciou, na segunda-feira (4), o ex-ministro Geddel Vieira Lima por lavagem de dinheiro e associação criminosa. A denúncia, encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, se refere ao caso dos R\$ 51 milhões em dinheiro vivo encontrados pela Polícia Federal em malas em um apartamento emprestado a ele em Salvador. O irmão de Geddel, deputado federal Lúcio Vieira Lima, a mãe deles, Marluce Vieira Lima, o ex-assessor Job Ribeiro que trabalhava com Lúcio Vieira Lima, o ex-diretor da Defesa Civil de Salvador Gustavo Ferraz e o sócio da empresa Cosbat, Luiz Fernando Costa Filho, também foram acusados pela PGR. De acordo com a procuradoria o dinheiro foi acumu-



Adriano Machado/Reuters

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda

Meirelles diz que PSDB sofrerá ‘consequências’ em 2018 por não apoiar o governo de Temer

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que o candidato a presidente do governo Temer em 2018 não será Geraldo Alckmin, do PSDB, porque os tucanos resistem a colaborar com o governo.

Segundo ele, o “PSDB está tendendo na direção de não apoiar o governo e isso terá consequências no processo eleitoral [de 2018]”. “Não há, pelo menos até o momento, um comprometimento do PSDB em defesa dessa série de políticas” do governo, disse o ministro, em entrevista ao jornal “Folha de S. Paulo”, da segunda-feira (4 de dezembro).

Ele disse que não descarta ser o candidato de Temer (que ostenta a impressionante popularidade de 3%) e que, se for, defenderá “o legado deste governo, do qual sou parte”.

Sobre sua ligação com a JBS, em que foi presidente do conselho da J&F Participações, dona da JBS, e embolsou R\$ 40 milhões por ano, em 2012, ele admitiu que “isso sempre pode ser usado contra mim” na campanha eleitoral, mas ameaçou os seus concorrentes: “também contra outros candidatos existem pontos que podem ser usados”.

E escamoteou sua participação no grupo, dizendo que “não existia nenhum relacionamento [meu] de ordem política ou conhecimento das operações do grupo”.

Os tucanos reagiram aos ataques de Meirelles. “É uma deslealdade dele com o PSDB”, disse o deputado Ricardo Tripolli, líder do PSDB na Câmara. “Em vez de verificar quantos votos o partido dele (PSD) têm na base, Meirelles fica atacando o PSDB. Isso de defender o legado do Temer é besteira”, completou. O presidente interino do PSDB, o ex-governador Alberto Goldman, também repreendeu o ministro da Fazenda de Temer. “Ele falou mais do que devia”, afirmou Goldman.

Datafolha: esmagadora maioria rejeita Lula e Jair Bolsonaro

Pesquisa Datafolha divulgada no domingo (3 de dezembro) sobre ca corrida presidencial mostrou que a grande maioria dos entrevistados não aceitam os dois espantalhos que aparecem na frente. Lula não passa de 34% e Bolsonaro vem em seguida com 17%. Ou seja, 68% dos entrevistados não declararam votos em Lula e 83% se negaram a apoiar Bolsonaro. Mais da metade dos entrevistados recusa a aceitar a dupla como opção.

A pesquisa, que, segundo o instituto, fez 2.765 entrevistas entre 29 e 30 de novembro, em 192 cidades, também consultou as pessoas sobre as possíveis candidaturas a presidente entre os nomes mais badalados pela mídia.

Outro dado revelado pela pesquisa é que os possíveis candidatos que representem diretamente o governo Temer são repudiados por 99% dos entrevistados. Michel Temer tem 1% e Henrique Meirelles também. Eles achavam que, depois do estrago que fizeram, e que querem continuar fazendo com a economia do país, alguém pudesse aplaudir-lhes. A pesquisa mostra também que Marina Silva aparece em terceiro lugar com 9% e, empatados com

6% aparecem Ciro Gomes e Geraldo Alckmin. Na pesquisa espontânea (quando as opções não são mostradas para o entrevistado) Lula tem 17% contra 11% de Bolsonaro.

Segundo a mesma pesquisa, 50% dos entrevistados dizem acreditar que o desemprego vai aumentar; 26% deles acha que vai ficar como está – isto é, nas alturas – e apenas 21% d população acredita que vai diminuir. Entre os mais pobres, 68% acreditam que o país está em situação pior e 60% disseram que suas condições pessoais pioraram. Este resultado mostra que a maioria esmagadora do povo brasileiro não está acreditando na propaganda enganosa do governo de que o país já está recuperando sua economia.

A pesquisa revela que 94% do brasileiros não aprovam o governo Temer. Apenas 5% dizem que gostam da forma de governar do peemedebista, que foi vice de Dilma Rousseff. 1% não sabe o que dizer. É um recorde de rejeição a um presidente em toda a história do país. Se dependesse da população, Michel Temer já estaria há muito tempo respondendo por seus crimes diante do juiz Sérgio Moro.

Nildo Ouriques: “o sistema PTucano encalacrou o país”

“Essa conjuntura é uma conjuntura muito especial por uma razão muito simples. Enquanto setores de esquerda ainda buscavam um rumo, a classe dominante decretou uma guerra contra o nosso povo”, afirmou o economista Nildo Ouriques, professor da UFSC e pré-candidato a presidente pelo PSOL, durante o VI Congresso Nacional do partido, realizado no último fim de semana em Goiás.

Nildo alertou para as limitações impostas à atuação exclusivamente parlamentar e disse que as mobilizações de rua serão decisivas para a derrota das reformas antipopulares

e antinacionais que o governo Temer está impondo ao país. Ele criticou “a conciliação de classe que o petismo colocou na sociedade brasileira”.

“É preciso dizer que o governo conseguiu mover essa guerra de classes, tirando os direitos dos trabalhadores e entregando o nosso petróleo, por causa do sistema PTucano”, denunciou. “Esse sistema em que petistas e tucanos conciliam naquilo que é fundamental e brigam apenas naquilo que é assessorio, é o responsável pela encalacrada em que colocaram o povo brasileiro”, afirmou Nildo Ouriques.

Temer adia votação da PEC 287 na iminência da derrota



Câmara

Governistas admitem que não têm voto para aprovar a Previdência

Criminoso foragido fala mal do juiz Moro e é aplaudido pela CPI que é contra a Lava Jato

A CPMI da JBS, montada pelo Palácio do Planalto para acusar a Lava Jato e tentar livrar Michel Temer e os demais ladrões do dinheiro público, protagonizou uma cena patética no último dia 30 de novembro. Ouviu por teleconferência o doleiro da Odebrecht, o advogado Tacla Durán, que está foragido da Justiça e se esconde da prisão, decretada pelo juiz Sérgio Moro, na Espanha. Ele é acusado de operar esquemas de lavagem de dinheiro para a Odebrecht de 2011 a 2016.

O script estava montado. Ele tinha que atacar o juiz que mandou prendê-lo. Seu relato, de que o advogado de Curitiba, Carlos Zucolotto, amigo de Sérgio Moro e de sua esposa, teria pedido honorários por fora para defendê-lo, foi festejado pelos investigadores da CPI. “Derrubamos a República de Curitiba”, comemoraram os ladrões. Durán disse que Zucolotto teria prometido reduzir a multa que ele seria obrigado a pagar de US\$ 15 milhões para US\$ 5 milhões, mas teria que pagar US\$ 5 milhões “por fora” a título de honorários. Nada disso aconteceu.

A Justiça brasileira conseguiu bloquear os bens roubados por ele durante sua atuação na Odebrecht e que estavam depositados no exterior.

A “prova” apresen-

Advogado de Lula reivindica Justiça morosa

Os advogados de Lula reclamaram da rapidez da Justiça, quando a xeixa de todos os brasileiros é da morosidade dela.

A xeixa de Cristiano Zanin, um dos advogados, se deu porque ele está inconformado com a celeridade do andamento da ação relativa ao triplex do Guarujá, na qual seu cliente foi condenado em primeira instância

tada pelo depoente para derrubar a “República de Curitiba” e atingir Moro foi uma perícia fajuta, que ele contratou na Espanha, de supostas mensagens que ele teria trocado com Zucolotto e que, segundo petistas e peemedebistas, atingiriam a honra de Sérgio Moro. A perícia obviamente não vale nada por aqui, mas foi comemorada por Carlos Marun (PMDB-MS), da tropa de Eduardo Cunha e Temer, e outros integrante da CPI como bombástica. “Pegamos o Moro”, diziam os integrantes da comissão, após o depoimento. Há relatos de que Temer, Padilha e Moreira Franco comemoraram com entusiasmo o feito de seus cúmplices da CPI.

Mas, o interessante da versão de Durán é que ele não foi nada criativo. Receber honorários por fora era o que ele próprio fazia dentro da Odebrecht. Senão vejamos. Um ano após o acordo de colaboração dos diretores da UTC Engenharia, dois desses diretores, Ricardo Pessoa e Valmir Pinheiro, fizeram um “aditivo” ao acordo e afirmaram que o advogado Tacla Durán gerava caixa dos para a empresa: “ele recebia honorários da empresa por fora e devolvia em dinheiro vivo, na garagem da empresa”, dizem os executivos.

O juiz Sérgio Moro lamentou o vexame da CPI. Dar ares de verdade

absoluta às declarações de um foragido da justiça e transformá-las em ataques à Justiça, para o juiz, é o fim da picada. “Tudo isso é absolutamente falso”, disse ele, em nota, na qual confirma ser amigo de Zucolotto. “O advogado Carlos Zucolotto Jr. é meu amigo pessoal e lamento que o seu nome seja utilizado por um acusado foragido em uma matéria jornalística irresponsável para denegrir-me”, destaca.

“Rodrigo Durán é acusado de lavagem de dinheiro de milhões de dólares e teve sua prisão preventiva decretada por este julgador, tendo se refugiado na Espanha para fugir da ação da Justiça”, acrescentou a nota do juiz federal. “Durán não apresentou à jornalista responsável pela matéria (Mônica Bergamo) qualquer prova de suas inverídicas afirmações e o seu relato não encontra apoio em nenhuma outra fonte”, prosseguiu o juiz.

Moro disse ainda que nenhum membro do Ministério Público fez qualquer negociação com o fugitivo, através de Carlos Zucolotto. Em nota a força-tarefa da Lava Jato confirmou as declarações de Moro e também desmentiu o doleiro, afirmando que Durán sempre esteve representado nas tratativas - que não evoluíram - pelo advogado Leonardo Pantaleão.

SÉRGIO CRUZ

bunal informações sobre a ordem cronológica dos recursos em tramitação”, afirmou Cristiano Zanin.

Pensava-se que o interesse de Lula era que essa questão fosse resolvida o mais rápido possível.

Neste processo, Lula é acusado de receber da construtora OAS um triplex reformado no Guarujá, no litoral paulista.

Temer já ofereceu R\$ 14,5 bilhões em subornos para garrotear a Previdência. Para Maia, faltam “muitos votos”

A coisa mais horrenda – pois é preciso um humor de que não somos capazes, para achar engraçado esse funéreo larápio - dos últimos dias foi o apelo de Temer, pela Internet, para que o povo apoiasse o seu ataque aos direitos previdenciários.

Era o que faltava: o sujeito quer deixar as pessoas sem aposentadoria e ainda pede que elas apoiem, como se a vítima do assalto, além de ficar sem a bolsa – ou perder a vida - tivesse de agradecer por ser roubado ou assassinado.

Até agora, segundo a conta do insuspeito - nesse assunto - “Estadão”, Temer já prometeu R\$ 14,5 bilhões em subornos (liberação de emendas, verbas para governadores e prefeitos, dinheiro para bases eleitorais de deputados, milhões oficialmente em propaganda, calotes fiscais, etc.) para ganhar votos contra a Previdência Social.

O difícil é um deputado acreditar que vai receber a propina oficial depois de votar nessa aberração. Além disso, mesmo na duvidosa hipótese de Temer passar o suborno, de que valerá isso, se o elemento, depois de votar no que o governo quer, não for reeleito e perder o “foro privilegiado”, com procuradores e policiais federais, em todo o país, à caça de corruptos?

Assim, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia – aliás, investigado pela Lava Jato, devido a propinas recebidas da Odebrecht (R\$ 1,45 milhão) e da OAS (R\$ 1 milhão) – desmarcou a votação, prevista para o dia 6, do projeto do governo.

Temer & quadrilha chegaram à conclusão de que seriam derrotados, se a votação fosse nesse dia, ainda mais com uma greve geral marcada para o dia anterior. Fala-se agora no dia 12 de dezembro, como data de mais uma tentativa de garrotear a Previdência – isto é, os trabalhadores – com as entidades sindicais declarando que irão à greve geral, se Temer definir o dia da votação.

Maia havia dito que “estou realista. Falta muito voto” - e chegou a propor que a votação fosse para o próximo ano. Na segunda-feira, disse: “estou realista, mas não otimista”.

Há poucos dias, em reunião fechada na filial do J.P. Morgan Chase – o maior monopólio financeiro dos EUA, controlado pelos Rockefeller - Maia disse que ia fazer o possível para votar este ano, mas que “ainda” não havia votos para aprovar o que os americanos do J.P. Morgan queriam.

Na saída, ainda no J.P. Morgan Chase, em entrevista coletiva, ele foi até mais explícito (sobre as declarações de Maia, ver matéria nesta página).

Esse aspecto de lesma entreguista, que não se avexa em prestar contas ao J.P. Morgan em reuniões privadas sobre questões públicas nacionais - ou em dar uma entrevista para a imprensa brasileira na filial do J.P. Morgan, ao final do conúbio com o staff do banco norte-americano - não deve espantar ao leitor. Maia não é mais que isso.

Enquanto isso, o sófrego Meirelles, que em sua carreira deu mais do que entrevistas em bancos norte-americanos, arrumou uma confusão com o PSDB, que não quer se matar, votando aquilo que não beneficia a reeleição de seus deputados – aliás, nem a campanha de Alckmin para presidente.

No dia seguinte, descobriu-se que, dos 38 deputados do partido atual de Meirelles (o PSD), somente meia dúzia são imbecis o suficiente para fazer o que ele quer que o PSDB faça.

Ou, como disse o próprio líder

Maia: “não tem data para votar, falta muito voto”

Apesar de toda a encenação do governo de que pode votar a qualquer momento a Reforma da Previdência, o presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia (DEM), teve que admitir publicamente que está muito difícil votar. “Eu estou realista. Trabalho 24 horas por dia neste tema. Eu não vou sair deste tema. Se garantir (os votos), vota ainda neste ano. Eu não posso dar data, porque não tem voto. Eu só vou marcar a data se nós tivermos os votos. Tá faltando voto”, afirmou Maia. “Falta muito voto”, insistiu

do PSD na Câmara, deputado Marcos Montes: “não é hora de discutir a reforma da Previdência no Congresso”.

Mais explícito ainda, o vice-líder do PSD, deputado Domingos Neto, declarou que “o Meirelles não pode dar comentário político de quem não faz política. Ele só conversa com o mercado e os empresários. Toda vez que faz comentário político, fala do que não conhece”.

E completou: “o governo deveria reconhecer que não tem votos agora para aprovar a reforma e tentar novamente em fevereiro”.

Frisamos outra vez, só para que o leitor não sinta uma certa fonteira ou não ache que nós é que estamos tontos, que esse é o vice-líder do partido do Meirelles - essa maravilha que Lula tirou da sarjeta (é verdade que era uma sarjeta dourada) para entregar a ele o Banco Central durante oito anos, inclusive impedindo a investigação de suas empresas-fantasma, no Caso Banestado (cf. “Meirelles: empresas fantasmas, roubo e fraude acoitados por Lula e Temer”, HP 14 a 26/10/2016).

Mas não estamos, ao traçar este panorama, dizendo que não existe risco do ataque à Previdência passar – ou que o povo já ganhou esta batalha.

Pelo contrário, a situação na Câmara é um reflexo da situação nacional, isto é, do repúdio absoluto, no povo, no eleitorado, a essa infâmia. Sobretudo quando é um governo corrupto, sem nenhuma base popular ou nacional, que está tentando atacar os direitos do povo (evidentemente, nenhum governo honesto, composto por homens e mulheres honrados, faria tal tentativa).

Em suma, a situação na Câmara é uma função da luta – organizada ou não – até aqui travada. Por isso mesmo, somente é possível garantir a vitória com a continuação dessa luta – e em nível cada vez mais intenso. Qualquer outra perspectiva não passaria (e não passa) de colaboração com os inimigos do Brasil.

O deputado Maia, ao rechaçar uma proposta do PSDB, que queria algumas mudanças para votar a “deforma” da Previdência, acabou por confessar o verdadeiro móvel desse ataque às aposentadorias e pensões dos trabalhadores.

Disse Maia que as propostas do PSDB não poderiam ser aceitas porque significariam “mais de R\$ 100 bilhões a menos para o ajuste fiscal”.

“Ajuste fiscal” é o aumento da parcela do setor financeiro na renda nacional, em detrimento dos setores produtivos – trabalhadores e empresários nacionais. Não é possível duvidar que é isso o que eles chamam de “ajuste fiscal”, depois de quase três anos de Dilma/Levy e Temer/Meirelles.

Esse aumento da parcela do setor parasitário, especulativo da economia – isto é, bancos, fundos estrangeiros e outros – é operado através do Estado, da doação de dinheiro público a esses especuladores, através dos repasses a pretexto, sobretudo, de juros.

E para aumentar esses repasses que eles querem atacar a Previdência – e não porque exista algum problema de sustentabilidade ou de privilégio no sistema previdenciário (exceto, naturalmente, os desvios de recursos e a estagnação da economia, que não são problemas da Previdência, mas da política do governo).

Foi isso o que Maia confessou: que o verdadeiro objetivo do assalto à Previdência é, precisamente, transferir dinheiro para os tubarões financeiros, ou seja, o “ajuste fiscal”.

CARLOS LOPES

Rodrigo Maia, após participar de um evento sobre economia em um hotel na Zona Sul de São Paulo. “A gente está tentando construir o texto em cima de 308 votos. A gente sabe que estamos muito longe disso ainda, estamos muito longe, infelizmente”, completou. “A gente sabe que a base do governo passou por duas votações de denúncia, um desgaste muito grande e mesmo aqueles, uma parte daqueles, que mesmo compreendendo a importância da votação, ainda não confirmaram que podem votar com a matéria”, assinalou.

Brasil é um dos que menos investe em saúde no mundo, critica o CFM

Entidade rebateu afirmações de Ricardo Barros de que não falta dinheiro para a área. “Investimento per capita do setor público é 70% menor que a média das Américas”, alertou

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou uma nota pública em protesto às declarações do ministro da Saúde, Ricardo Barros, que, em entrevista à “Rádio Jovem Pan”, disse que o ministério economizou no último ano R\$ 4,4 bilhões na saúde, o que segundo o ministro comprova que não faltam recursos para a saúde pública no país, falta gestão. O CFM refutou Barros, destacando que o Brasil está entre os países que menos investe em saúde no mundo.

Segundo o CFM, “a economia de R\$ 4,4 bilhões nos gastos em saúde anunciada pelo Ministro não significa que não faltam recursos para a saúde pública. Cálculo feito com base em verbas aplicadas pela União, estados e municípios mostra que o investimento per capita em saúde é de R\$ 3,89 no país. [...] O desempenho nacional, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), está abaixo da média das Américas, cujo investimento per capita do setor público em saúde, em 2013, era de US\$ 1.816. No Brasil, esse valor é 70% menor”.

O órgão também destacou a baixa participação pública no total das despesas em saúde no país, que é atualmente 48,2%. “Tal índice é inferior ao praticado por outros países com modelos de assistência semelhantes ao brasileiro, como o Reino Unido (83,5%), França (77,5%), Alemanha (76,8%), Espanha (70,4%), Canadá (69,8%), Argentina (67,7%) e Austrália (66,6%)”.

O ministro também afirmou que o Brasil tem mais hospitais e leitos do que realmente necessita. Em contrapartida, o CFM destacou que “entre 2010 e 2016, o Brasil perdeu quase 24 mil leitos de internação, aqueles destinados a pacientes que precisam permanecer num hospital por mais de 24h horas. Isso significa que a cada dia 13 leitos são desativados. Ou seja, não sobram leitos no País, como dito pelo Ministro da Saúde. O reflexo desse problema aparece nas salas de espera de urgência e emergência, nos corredores lotados dos hospitais e nas longas filas de espera para internações e realização de cirurgias eletivas”.

De acordo com o relatório de Estatísticas de Saúde Mundiais da OMS, o Brasil possuía 2,3 leitos hospitalares (públicos e privados) para cada grupo de mil habitantes no período de 2006 a 2012, o que é muito menos do que a Argentina (4,7), Espanha (3,1) ou França (6,4), e menor que a média mundial que é de 2,7 leitos.

O CFM também criticou a proposta do ministro de criação de planos populares como solução para os problemas de financiamento da saúde e de superlotação do SUS, “não trará alívio ou solucionará os problemas do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente com a exclusão de doentes crônicos e idosos. Essa medida apenas beneficiará empresários da saúde suplementar, setor que movimentou, em 2015 e 2016, em torno de R\$ 180

bilhões, de acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Possivelmente, resultará em planos limitados a consultas ambulatoriais e exames subsidiários de menor complexidade, mantendo-se a procura pela rede pública para casos mais graves e, em regra, mais onerosos”.

De acordo com a entidade, a solução para a saúde pública é a adoção urgente de medidas estruturantes, como o fim do subfinanciamento do SUS, o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, a criação de políticas de valorização dos profissionais, como uma carreira de Estado para médicos e o combate à corrupção. “Somente com ações dessa magnitude será possível devolver à rede pública condições de oferecer, de forma universal, o acesso à assistência segundo parâmetros previstos na Constituição Federal de 1988. Garantindo, assim, pleno respeito à dignidade humana, a qual tem sido constantemente agredida, como exemplificam as sucessivas notícias da imprensa, os relatórios de órgãos de controle e as ações de fiscalização dos conselhos de medicina”, finaliza.

ESTUDO

No dia 1º de dezembro o CFM publicou um estudo que mostra que o país tem mais 900 mil pessoas na fila de cirurgias eletivas - que não são consideradas urgência. De acordo com a pesquisa 750 casos estão na espera chega há 10 anos. O resultado é a soma das informações repassadas por Secretarias de Saúde de 16 estados e 10 capitais, como muitos estados não forneceram resposta estima-se que o número real é muito maior.

Cerca de metade dos casos se concentram em catarata, hérnia, vesícula e varizes.

Questionado no “Globo News” sobre o repasse o governo federal ser insuficiente para acabar com a fila e com o sofrimento das pessoas, o ministro destacou que “a crise na saúde é pontual, nós temos um sistema descentralizado de saúde, os municípios são responsáveis pela execução da saúde lá na ponta, e os estados. E há municípios fazendo muito com o seu trabalho, com excelente qualidade de serviço e outros não. Como estados também, alguns investem muito na saúde, como o Paraná, outro sequer repassam o dinheiro que nós repassamos, bloqueiam pra fazer folha o dinheiro da saúde”. Barros voltou a dizer que não falta dinheiro para a pasta e sim gestão.

O diretor de comunicação CFM, Hermann von Tiesenhausen, também ao vivo no programa destacou que a saúde precisa de dinheiro, e que se o governo for esperar a melhora na gestão para tomar providência as pessoas vão continuar sofrendo. Hermann destacou que, apesar de Barros tentar se gabar, o grande espelho da gestão de um ano e meio do ministro “são os hospitais públicos federais do Rio de Janeiro que são quase exclusivos do Ministério e lá a fila cada vez mais cresce e não funciona, então há um problema de gestão do ministério da saúde”.



Segundo o ministro, Brasil tem mais hospitais e leitos do que necessita

Cavendish pagou anel para esposa de Cabral em troca de obras do Maracanã

O ex-dono da empreiteira Delta, o empresário Fernando Cavendish disse, nesta segunda-feira (4), ao juiz federal Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal, que o anel de R\$ 840 mil comprado na Europa para a ex-primeira-dama do Rio de Janeiro, Adriana Ancelmo, a pedido do ex-governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), foi compensado com a inclusão de sua empresa nas obras de reforma do Maracanã.

O empresário relatou que foi levado à loja pelo próprio então governador do Rio, Sérgio Cabral. “Ele me disse que estava presenteando a esposa e gostaria que eu pagasse. Era um valor bastante significativo, 220 mil euros. Disse para ele que aquilo não era apenas um presente, que a gente teria que acertar. Deixei claro que aquilo não era apenas

um presente. O Maracanã foi a contrapartida. Aquilo era um anel de compromisso entre mim e ele”, disse Cavendish, sobre a joia, segundo o empresário adquirida em Nice, França em 2009, na companhia de Cabral.

“Não teve nenhum obrigado pelo presente, o assunto não foi nem comentado durante a viagem. Não ia presentear a com diamantes de tantos quilates, é até constrangedor. Aquilo foi literalmente um ato que tinha que ter uma contrapartida. É esse negócio foi o Maracanã. Pode ver que até as datas coincidem. A viagem foi no final de julho de 2009 e em outubro já estava pedindo a participação no Maracanã. Fica claro de ver que esse anel não foi um presente meu. Minha esposa nem ficou sabendo. Não houve presente, houve um negócio”, disse Cavendish.

Ainda segundo Cavendish, a Delta pagou propina

de R\$ 3,5 milhões a Cabral para entrar no consórcio, que incluiu a Odebrecht, para as reformas do Maracanã. No valor da propina para o ex-governador já estava descontado o anel. O empresário, que está em prisão domiciliar, também afirmou que sabia que estava sendo feito um cartel em todas as obras de estádios da Copa do Mundo.

O empresário declarou que era amigo há anos do então governador, mas que aquela viagem foi a primeira vez em que recebeu pedido de propina.

Cavendish prestou depoimento na ação penal que analisa se houve cartel nas licitações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em favelas do Rio e da reforma do Maracanã.

Cabral já havia admitido que recebeu o anel, mas declarou que devolveu o “presente” em 2012.

Elida Matos pede medidas protetivas contra ministro do TSE que a agrediu

A mulher do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Admar Gonzaga, a dona de casa Elida Souza Matos, de 42 anos, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a determinação de medidas protetivas urgentes contra o marido.

Elida, que chegou a se retratar de um boletim de ocorrência registrado por ela na polícia, reafirmou que foi vítima de agressão e solicitou que Gonzaga seja proibido de entrar em contato com ela.

Gonzaga foi denunciado no último dia 14 pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, por lesão corporal contra Elida, dentro da Lei Maria da Penha, pode

pegar pena de detenção que varia de 3 meses a 3 anos. O ministro além de bater na esposa, disse a ela coisas como: “puta”, “vagabunda”, “escrota”, disse que ela “não servia nem para pano de chão” e que “quero que você saia de casa para eu te ver na sarjeta”.

Por ter sido nomeado ao TSE por Michel Temer - para livrá-lo do processo de cassação que tramitava na casa -, Gonzaga tem foro privilegiado e apenas pode ser julgado apenas no STF, onde o processo é tocado pelo ministro Celso de Mello, relator do caso. Ele ainda não tomou decisão sobre as medidas protetivas solicitadas por Elida. Ela também



Ministro Admar Gonzaga pediu que o ministro do TSE seja obrigado a manter seu plano de saúde, em razão dos problemas que tem, e a pagar 16 salários mínimos mensais: R\$ 14.992.

RJ: HU Clementino Fraga suspende os atendimentos de especialidades

O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), da UFRJ, suspendeu as marcações para clínica médica, cardiologia, geriatria, reumatologia, nefrologia, cirurgia torácica e ressonância magnética.

Referência em pesquisa e casos de alta complexidade, a unidade, na Ilha do Fundão, também deixou de fazer o procedimento de implantação de um neuroestimulador - comparado a um marcapasso no cérebro - em pessoas com mal de Parkinson. O hospital de ensino era o único do SUS no Rio a realizar a delicada operação, que melhora o equilíbrio e os movimentos e reduz a rigidez muscular e os tremores. A falta de recursos, que vem se agravando de 2014 para cá, atinge todos os setores do HUCFF, que sofre hoje com a interrupção de diferentes tipos de atendimento, pela ausência de insumos e medicamentos e de manutenção de seus equipamentos. Em uma série de ofícios

enviados à Defensoria Pública da União (DPU), chefes de divisão relatam a situação catastrófica do hospital, onde até a falta de luvas se tornou frequente.

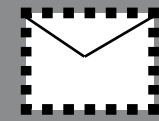
A defensoria chegou à conta de 1.200 pessoas à espera de cirurgia no hospital. Operações de hérnia, bariátricas e por vídeo, entre outras, não estão sendo feitas. O setor de ortopedia diz que operava, em anos passados, 1.200 pacientes ao ano. Agora, são apenas 400.

No Hospital do Fundão, como a unidade também é conhecida pelos cariocas, os materiais de traumatologia assim como todo material de osteossíntese é muito pouco. “Atualmente, não estamos recebendo qualquer tipo de fratura, pois não temos todo o material, ficando muito prejudicado o programa de residência médica. Devemos lembrar que somos um hospital escola, e que desta forma fica muito deficiente o ensino/aprendizado dos médicos residentes e dos médicos estagiários”, informa a chefia

do Serviço de Traumatologia-Ortopedia do hospital.

Pelos corredores da unidade, circulam por dia cerca de mil pacientes. O número funcionários gira em torno em 3.500, incluindo 700 extraquadros (desse, de acordo com a denúncia, mais de 200 recebem menos de um salário mínimo) e 2.814 concursados, sendo 480 médicos. E o total de alunos da área de saúde é de 2.500. Diante do quadro caótico, o defensor Daniel Macedo diz que entrará com uma ação civil pública contra o Ministério da Educação e a UFRJ.

“Os hospitais universitários recebem pela tabela do SUS: quanto maior for a produção cirúrgica, mais são remunerados. Mas, para isso, é preciso medicamentos, organização e gestão qualificada. O Hospital do Fundão não tem nada disso”, afirma o defensor, acrescentando: “Enquanto isso, pessoas estão morrendo por não contarem com atendimento adequado”.



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Abuso

A empresa Walmart, que abrirá lá no Cruzeiro, colocou um anúncio de trabalho. Divulgou as vagas, e o local da seleção. A seleção iria ser de 9:00 horas até as 12:00. Deixaram eu e um monte de pessoas queimando no sol quente. Começaram a dizer que era preciso currículo (o que não foi pedido no comunicado passado pela própria empresa). Depois que as pessoas que não levaram currículo foram embora, voltaram atrás dizendo que não precisava currículo, dando a entender que fizeram só para mandar as pessoas embora, de besta. Depois disseram que eram apenas 7 vagas e por indicação (indicação de uma empresa que ainda não tem funcionários). Depois começaram a falar que era para pessoas que não tinham experiência profissional. Quem já teve carteira assinada não poderia participar do processo. Ludibriaram a mim, e a um monte de gente, que esperava pelas vagas divulgadas. Sai do distrito de São José às 5:00 horas da manhã para não dar em nada. Obrigada pela atenção.

Juliana Silva de Oliveira – por correio eletrônico

Qualidade

Parabéns a toda equipe da HP. O jornal eletrônico ficou muito bom. O conteúdo sempre foi exemplar e agora com novo formato online compatível com a qualidade das publicações.

Viviane Gomes – por correio eletrônico

Filha de Alckmin vai ao evento social da mulher de bicheiro Carlinhos Cachoeira

A filha do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), Sophia Alckmin participou do almoço de lançamento do site “Vestindo a Mesa”, loja de artigos para casa, o mais novo negócio de Andressa Mendonça, mulher do bicheiro Carlinhos Cachoeira, condenado por contrabando de máquinas de bingo pela Operação Monte Carlo da Polícia Federal.

O evento foi realizado no último dia 28, na Casa Manioca, em São Paulo. A informação da relação próxima entra a família do governador tucano com a família do bicheiro contraventor foi divulgada pelo jornal o Estado de S. Paulo e Sophia Alckmin publicou em suas redes sociais uma foto no evento.

Cachoeira chefiava um esquema de exploração ilegal de caça-níqueis em Goiás e foi condenado pelos crimes de peculato, corrupção, violação de sigilo e formação de quadrilha. A última condenação foi no dia 23 de setembro, por violação de sigilo funcional, com pena de três anos de prisão. Ele responde aos crimes em prisão domiciliar.

SP: Santa Marcelina é interditado pela Vigilância Sanitária

O pronto-socorro do Hospital Santa Marcelina de Itaquera, na Zona Leste de São Paulo, foi interditado pela Vigilância Sanitária nesta segunda-feira (4). O motivo seria, além de uma superlotação, problemas estruturais e falta de profissionais.

Segundo a assessoria do hospital, o pronto-socorro clínico tem 20 leitos, mas atende, em média, 50 pacientes. Já o pronto-socorro cirúrgico tem 14 leitos e atende 40 pessoas.

Segundo a Secretaria Estadual da Saúde, responsável pela Vigilância Sanitária, o órgão constatou diversos problemas na infraestrutura, como a falta de ventilação, e um número muito inferior de profissionais do que o necessário para o funcionamento do hospital.

O pronto-socorro só irá receber casos de urgência. O hospital notificou o SAMU e o Corpo de Bombeiros e desde a atuação, em 30 de novembro, não recebe mais ambulâncias. Pacientes são orientados a buscar outro serviço de saúde na região, como a UPA 24 horas de Itaquera-Dr. Sócrates. O hospital tem até o dia 11 de dezembro para apresentar uma proposta de adequação dos setores “e seu respectivo tempo de execução, que será avaliada tecnicamente pela Vigilância Sanitária”, acrescentou a pasta.

O Hospital Santa Marcelina é uma instituição filantrópica que funciona há 56 anos em Itaquera. É a principal referência hospitalar de alta complexidade na Zona Leste de São Paulo e seu pronto-socorro faz mais de 24 mil atendimentos por mês. Pacientes do SUS são a maioria: 87%.

Hospital Universitário da USP pode fechar o pronto-socorro no dia 11

O Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP) está a ponto de fechar as portas do pronto-socorro para adultos, pouco após fechar totalmente o setor infantil, que recebia 120 crianças por dia. De dois anos para cá, o hospital teve uma redução de 80 leitos, o equivalente a 30% do total.

Em um comunicado enviado à direção há duas semanas, 56 médicos afirmam que a saída de um colega, marcada para os próximos dias, vai inviabilizar as jornadas. Haverá apenas dois plantonistas para cuidar de enfermaria, UTI e ambulatório. Se o pronto-socorro adulto fechar, cerca de 500 pessoas deixariam de ser atendidas por dia na região.

“Tentamos manter o atendimento por amor à profissão, mas chegamos ao limite”, afirma o clínico geral Sérgio Cruz, com dezoito anos de casa e um dos signatários do manifesto.

Em 2017, o orçamento da instituição foi de 263 milhões de reais, cerca de 20% menor que o de 2015. Desde 2014, o espaço perdeu 69 médicos, o equivalente a 25% da força de trabalho.

“Eles saíram e nunca foram substituídos”, diz o clínico geral Gerson Salvador, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo

e funcionário do HU desde 2010. O sucateamento do hospital motivou uma greve dos alunos de Medicina da universidade iniciada no dia 13 de novembro, algo que não acontecia desde 1970. Diversas manifestações estão marcadas nos próximos dias, desde dentro dos corredores da universidade, até nas ruas da cidade.



Manifestação em defesa do HU exige novas contratações

Em nota, juristas repudiam PEC 287 ‘ajustada’ por relator

Quarenta e sete entidade e associações representativas de cerca de 220 mil agentes públicos de todo o Brasil, assinaram um documento na última quarta-feira, 27, afirmando que o novo texto apresentado por pelo deputado Arthur Maia, de emenda aglutinativa alternativa ao seu primeiro relatório para a PEC 287/2016 da “reforma” da Previdência, “não traz quaisquer novidades positivas, para a sociedade ou para o Estado brasileiro”.

Na nota, as entidades ressaltam que: “Em grave atentado ao princípio da isonomia, o novo texto pretende agora exigir de todos os agentes públicos vinculados a Regimes Próprios de Previdência Social um tempo mínimo que se eleva de 15 para 25 anos de contribuição. O argumento público para tal retrocesso, infame e acintoso, é o de que servidores públicos - os mesmos que garantem o funcionamento de todas as instâncias e estratos da Administração Pública, em todos os poderes e níveis federativos, e que também financiam, com seus tributos, a difamatória propaganda oficial do Governo - ‘ganham muito’ e ‘trabalham pouco’”.

Segundo as entidades, “a ‘nova’ reforma da Previdência, nos moldes propostos, não mira outra estratégia que não a redução do alcance da proteção social, deixando de lado medidas fundamentais para a recuperação das contas públicas, como fartamente apontado no relatório da CPI da Previdência, recentemente consumada no âmbito do Senado Federal. Assim é que, no aspecto do custeio, impende aprovar a supressão da margem de Desvinculação das Receitas da União (DRU) quanto às contribuições sociais, fomentar o combate à informalidade e à sonegação e implementar a efetiva cobrança da dívida ativa da União (de cerca de R\$340 bilhões), como ainda rediscutir os excessos de isenções, desonerações e parcelamentos que grassam na prática legislativa”.

Entre as entidades que assinam a nota estão a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), Associação dos Advogados Públicos Federais (ANAFE), Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB), Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP).

Trabalhadores alertam: se votar PEC da Previdência, o país para



Assembleia dos trabalhadores da GM em São José dos Campos (SP)



Manifestação dos servidores contra “negociação de votos”, no domingo

Servidores protestam em frente à casa de Maia e denunciam “acordão” por reforma

A Fasubra (Federação de Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino Superior Brasileiras) organizou no último domingo, 03, uma manifestação em frente à residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, contra a aprovação da reforma da Previdência.

Na ocasião Maia estava reunido em jantar com o presidente Michel Temer e líderes de partidos aliados no Congresso, na tentativa de “negociar” os votos para aprovar a reforma da Previdência. Munidos de cartazes, panfletos e gritando palavras de ordem como “Ô deputado se tu voltar, vamos acabar com o

caviar” e , “não tem arre-goi, você tira a previdência e eu tiro o seu sossego”, os manifestantes tomaram a frente da residência.

Para a FASUBRA, “o objetivo do banquete dos parlamentares é planejar como vão entregar o direito dos trabalhadores pelo interesse dos banqueiros”. Em alusão à campanha do governo veiculada na mídia sobre a reforma, segundo a qual ela seria para “acabar com privilégios” dos servidores públicos, a entidade aponta que “privilegiados não somos nós que servimos o povo, privilegiados são esses deputados que participam de um jantar regado a caviar e champagne. Se votar a favor da reforma

da Previdência, nós vamos denunciar o nome de cada um que votou contra os trabalhadores”.

“A ideia é pressionar para não que não votem a reforma, mesmo que mais enxuta. Não tem justificativa para fazer uma reforma em 2017, sendo que já houve uma em 2012. Não tem nada a ver com combater privilégios”, disse o diretor de organização sindical da Fasubra, André Gonçalves.

A categoria está em greve há quase um mês. O Comando Nacional de Greve “fez um chamado a todos os trabalhadores brasileiros pela mobilização e pressão aos parlamentares de cada estado, para votar contra a reforma”.

Para desembargador, suspender propaganda falsa do governo é ‘violação à ordem pública’

O desembargador federal Hilton Queiroz, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, derrubou no último domingo (3), a liminar que suspendeu a campanha publicitária do governo sobre a “reforma” da Previdência. Pela decisão do magistrado, Temer pode usar o dinheiro público com propagandas caluniosas, imorais e mentirosas para manipular a opinião pública.

A campanha divulgada pelo governo sobre a “reforma” da Previdência Social em televisão, rádio, jornais, revistas, internet e outdoors fora suspensa na quinta-feira (30), por decisão da juíza Rosimayre Gonçalves de Carvalho, da 14ª Vara Federal de Brasília, que atendeu a ação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

Conforme a juíza, a campanha publicitária do Palácio do Planalto que diz que “tem muita gente no Brasil que trabalha pouco, ganha muito e se aposenta cedo” - de que a prioridade do governo federal “é combater privilégios” - entre outros

slogans, nada tem a ver com o que dispõe a Constituição Federal em seu art.37 § 1º, que diz que “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social...”. Para a magistrada, e para qualquer um que observar a propaganda oficial do governo - orçada em R\$ 27 milhões - trata-se de um flagrante apelo de Temer e sua quadrilha, baseado na mentira, para conseguir o apoio da população à PEC 287/16.

“Fica evidenciado o intuito [do governo] de obter o apoio popular quanto a Proposta de Emenda à Constituição n. 287/2016, mas sob um determinado ponto de vista e conceito que, a despeito de nada informal, propaga ideias que compromete parcialmente a significativa da população com a pecha de ‘pouco trabalha’ e ter ‘privilégios’ como se fosse essa razão única da reforma”, observou a magistrada. Segundo Rosimayre ainda, “a

notícia leva a população brasileira a acreditar que o verdadeiro motivo do déficit previdenciário é decorrência exclusiva do regime jurídico do funcionalismo público, sem observar quaisquer peculiaridades relativas aos serviços públicos e até mesmo às reformas realizadas anteriormente. Essa diretriz conduz a população ao engano de acreditar que apenas os servidores públicos serão atingidos pela mudança”, disse a juíza.

Porém para Hilton Queiroz, ao decidir suspender a propaganda, a juíza cometeu uma “grave violação à ordem pública” e “explícita violação ao princípio constitucional da separação de Poderes”.

A propaganda do governo também foi rebatida pelos servidores. Em campanha na TV e internet, o Fórum do Servidores de Carreira Típica de Estado (Fonacate) alertou que o real objetivo do projeto é cortar direitos dos trabalhadores e beneficiar sonegadores. (Veja a propaganda no site do Fórum).

Com mobilizações, assembleias e atos, trabalhadores mantêm estado de greve contra PEC do assalto às aposentadorias

Com a crescente mobilização e pressão dos trabalhadores em todo o país, que estão em estado de greve geral, o Governo Federal retirou da pauta do Congresso Nacional a votação prevista para o dia 6 de dezembro da PEC do roubo à Previdência. A greve geral estava marcada para o dia 5, mas com a suspensão da votação, as centrais sindicais decidiram cancelar e manter o alerta: ‘Se Temer marcar alguma nova data, o Brasil vai parar’.

Mesmo com a greve suspensa, centrais, federações e sindicatos mantiveram as ações de mobilizações, com assembleias e manifestações. Em São José dos Campos, metalúrgicos da GM, além de outras fábricas fizeram assembleia com atraso na entrada. Na manhã de terça-feira também houve bloqueio de avenidas em alguns estados como Bahia e Maranhão.

Para Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira), presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), “Temer ter tirado a reforma da previdência da pauta do dia 6 é um avanço. Ele sabe que não vai conseguir aprovar esse absurdo, por isso não pôs em votação. A mobilização contra esse projeto criminoso está crescendo em todos os cantos e se o Governo resolver colocar de novo em pauta vamos responder com greve. Vamos parar o país”, ressaltou Bira.

A CSP-Conlutas também manteve a mobilização, destacando que ela “acontece exatamente no momento em que o governo Temer está com dificuldade em conseguir o número de votos necessários para a aprovação do fim da aposentadoria dos trabalhadores brasileiros. Acontece no momento em que na base aumenta a disposição em realizar a Greve Nacional e manifestações para derrotar definitivamente a

reforma da Previdência”.

Ainda segundo a nota da entidade, é o momento de “enterrarmos de vez essa reforma que acaba com a nossa aposentadoria e vem sendo articulada à base da compra de votos por um governo e um Congresso Nacional corruptos a serviço da burguesia desse país. A CSP-Conlutas chama a todos os sindicatos e organizações de base a se manterem mobilizados e realizarem assembleias, protestos e manifestações, a manterem a pressão sobre os deputados nas casas e aeroportos. Não vamos baixar a guarda”.

Também a CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos), o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes e de Guarulhos convocaram os trabalhadores para atos em frente às unidades do INSS.

A Fasubra, que organiza os trabalhadores técnico-administrativos das universidades federais, manteve a mobilização destacando que “somos solidários a todos que acreditam na luta e na unidade da classe trabalhadora e propomos manter as mobilizações e o calendário de lutas contra as reformas e o governo Temer”, diz a entidade. A Fenametro, Federação dos Metroferroviários, publicou nota propondo “que os atos sejam realizados em todas as cidades no dia 5 de dezembro. E mais do que isso, consideramos fundamental a realização de uma greve nacional ainda antes da votação da reforma”.

Até agora o governo não conseguiu os 308 deputados necessários para que passe uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição). No domingo, 03, Temer chegou a organizar um jantar para convencer os deputados da base aliada – através de emendas parlamentares e outros subornos menos sutis – a apoiarem a proposta, sem sucesso. (Ver mais na página 3).



Deputado Arnaldo Faria de Sá acionou Justiça

Faria de Sá denuncia propaganda do governo bancada pelo Sesi

O deputado Arnaldo Faria de Sá afirmou na quinta-feira, 28, que entrou na Justiça denunciando que a rede de Serviço Social da Indústria (SESI), instituição financiada com o dinheiro dos trabalhadores, está bancando a propaganda enganosa do governo sobre a reforma da previdência. Segundo a legislação brasileira, as instituições do chamado “sistema S” recolhem mensalmente o equivalente a 1,5% sobre o total da folha de salários dos trabalhadores.

“Uma das propagandas do governo é repetida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Sesi. Ora! É dinheiro do trabalhador pagando a mentira contra o trabalhador. E por este motivo que eu entrei com ação na Justiça

Federal pedindo a suspensão desta propaganda, e também no Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) pela propaganda enganosa”, afirmou Arnaldo Faria de Sá.

A propaganda do governo também foi denunciada pela Anfip e chegou a ser derrubada pela Justiça. Mas uma decisão do desembargador federal Hilton Queiroz, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, derrubou no último domingo (3), a liminar que suspendeu a campanha publicitária do governo sobre a “reforma” da Previdência. Pela decisão do magistrado, Temer pode usar o dinheiro público com propagandas caluniosas, imorais e mentirosas para manipular a opinião pública. (Ver matéria nesta página).



MPT cobra IBGE por mudança na definição sobre trabalho infantil

O procurador-geral do Trabalho (PGT), Ronaldo Fleury, deu 48hs para ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) explicar mudanças na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) que excluem da característica de ‘trabalho infantil’ situações de crianças e adolescentes que trabalham para o próprio consumo e em situação de afazeres domésticos.

Na segunda-feira (4), Fleury enviou um ofício ao IBGE, questionando a motivação das modificações mais preocupantes na metodologia, que para o Ministério Público do Trabalho (MPT), “são capazes de distorcem os resultados e tornarem a atual pesquisa impassível de comparação com edições anteriores”. De acordo com a procuradora do Trabalho e coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), Patrícia Sanfelici, que assinou o ofício conjuntamente com o procurador-geral, “crianças e adolescentes que trabalham para o próprio consumo também estão em situação de trabalho infantil, elas são as mais vulneráveis. São crianças e adolescentes que estão traba-

lhando para sobreviver, então como isso não vai ser considerado trabalho infantil? O que é considerado isso?”, questiona a coordenadora.

Fleury também questionou no documento, a motivação do instituto em retirar “afazeres domésticos” do trabalho infantil. Segundo Safelici, isso exclui um enorme quantitativo de crianças do cálculo de incidência de trabalho infantil. “Por exemplo, se a gente considerar crianças que estão em afazeres domésticos, a PNAD identifica isso. Identifica mais de 20 milhões de crianças em situação de afazeres domésticos, só que não considera isso como trabalho infantil. Então está ponderado na pesquisa, mas não está enquadrado como trabalho infantil”, levanta a procuradora.

No ofício ainda, o MPT contesta os resultados gerais da pesquisa em si, segundo os quais o número de crianças trabalhando seria de cerca de 998 mil em 2016, ou seja, menos de metade do registrado em 2015 – 2,6 milhões. Para a coordenadora de Coordinfância, esse número de crianças envolvidas em trabalho infantil não é verdadeiro.



Pablo Ramos Sánchez

Presidente do Banco Central da Bolívia: um BC a serviço do desenvolvimento e da cidadania

Seguem os principais trechos da entrevista realizada com o presidente do Banco Central da Bolívia, BCBo, Pablo Ramos Sánchez, para a revista Por Sinal, do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – Sinal.

“A crise de 2008 afetou todos os países. Ante esse ciclo econômico recessivo, a Bolívia respondeu com uma política contracíclica. Enquanto os demais bancos centrais e estados adotaram políticas pró-cíclicas, efetuando restrições ao crédito e à base monetária ao elevar as taxas de juros, nós utilizamos um mecanismo contrário: diminuimos as taxas de forma significativa, com o propósito de manter os níveis de crédito elevados para deixar a economia permanentemente abastecida com os meios necessários para levar adiante os programas de investimento”, afirma o presidente do BCBo.

Na entrevista concedida a Juan Orgaz Espinoza, com apoio técnico de Willy Ancelmo Maydana, realizada na sede do BCBo, em La Paz, Bolívia, o presidente acrescenta: “Dessa maneira, continuamos investindo nas obras de infraestrutura (que foram a base para o desenvolvimento econômico do país nesta última década), e mantivemos as políticas sociais (bônus para crianças, idosos e mulheres gestantes) e as transferências que o Estado faz dos setores mais abastados para os setores carentes. Nesse sentido, enfrentamos a crise através de uma política inversa às recomendações da economia ortodoxa, mantendo uma política monetária expansiva para que o crédito pudesse fomentar o investimento de forma permanente”.

Sánchez salienta que “o mandato constitucional do Banco Central da Bolívia (BCBo) é ‘manter a estabilidade do poder de compra interno da moeda nacional para contribuir com o desenvolvimento econômico e social’. Nesse contexto, a política monetária procede com cautela, ao permitir maiores impulsos internos que possam sustentar o crescimento econômico sem gerar pressões inflacionárias.

Sánchez destaca que “a manutenção do câmbio estável promoveu uma inflação em níveis controlados, o que, por sua vez, permitiu manter uma política monetária expansiva desde meados de 2014. Isso foi feito ao contrário das ações dos demais países da região, onde as desvalorizações cambiais pressionaram os preços internos e, portanto, as políticas monetárias restritivas em um contexto de desaceleração”.

“Até 2006”, lembra o presidente, “o BCBo tinha pouco contato com a população e sua comunicação era direcionada a um conjunto limitado de autoridades nacionais. A instituição passou a criar diferentes mecanismos e espaços de interação com a sociedade civil, priorizando o diálogo direto e transformando-se em uma entidade pioneira na geração contínua de mecanismos exitosos para esse propósito, que se fortaleceram e se sustentaram ao longo do tempo. Temos a divulgação do informe de política monetária, prestação pública de contas perante a sociedade civil, jornadas monetárias, encontros de economistas da Bolívia, concursos de monografia e teatro escolar, participação em feiras, socialização dos benefícios gerados pela utilização da moeda nacional, cursos para jornalistas, divulgação do informe de estabilidade financeira e seminários elaborados a partir de solicitações, entre outras”.

Graças a estas medidas, “o sistema financeiro boliviano vem experimentando, há mais de dez anos, um crescimento sustentável, no qual se destacaram o incremento dos créditos e melhor utilização da moeda nacional. Também se evidencia sua solidez, espelhada na taxa de juros mais baixa da região”.

O presidente do BCBo ressalta ainda que “o sistema de intermediação financeira boliviano é heterogêneo em sua composição e conta com bancos múltiplos, bancos PME (Pequenas e Médias Empresas), entidades financeiras de habitação, cooperativas e instituições financeiras de desenvolvimento (60 entidades). Os custos financeiros dos clientes se mantêm em níveis controlados, resultado da regulação das taxas ativas de juros, de acordo com a Lei nº 393 e com os Decretos Supremos nº 1.842 e nº 2.055, que estabelecem taxas máximas dos créditos para a habitação de interesse social e para o setor produtivo”.

Segundo Sánchez, “a Lei de Serviços Financeiros estabelece que o sistema financeiro deve cumprir uma função social e, portanto, a inclusão financeira é um de seus pilares. Nos últimos anos, foi registrado um significativo crescimento desses indicadores na Bolívia. O número de contas de depósito e de empréstimos quase duplicou entre dezembro de 2010 e março de 2017. As mulheres representam 38% dos empréstimos, e 52% correspondem a pequenos e micro tomadores”.

“Da mesma forma, a infraestrutura mediante a qual as entidades de intermediação financeira prestam seus serviços à população, e a cobertura das agências bancárias por município registram uma tendência de crescimento. Antigamente, o uso do sistema bancário estava restrito a setores minoritários. Isso gerava uma alienação generalizada dos setores populares. Há algum tempo, porém, o BCBo tem tomado medidas e ações de aproximação entre o sistema financeiro e a população, combatendo a centralização do poder econômico”.

Povo hondurenho ocupa as ruas contra assalto às urnas



Manifestantes em várias cidades de Honduras exigem a recontagem de votos

Comando de Operações Especiais: “Não continuaremos a reprimir os hondurenhos”

“Não somos máquinas nem robôs e não estaremos nos expondo a que nos matem nas ruas ou reprimindo o nosso povo. Antes de sermos policiais, somos seres humanos”, afirmaram agentes do Comando de Operações Especiais (Cobras), durante protesto nesta segunda-

-feira em frente às instalações do seu quartel general, em Tegucigalpa. “Somos garantias do povo, não podemos reprimir e nos matar entre nós. Todos temos famílias e estão sofrendo”, declarou um agente. Denunciando o atraso nos salários de outubro e novembro, cerca de

300 Cobras condenaram a manipulação, a repressão e a precarização das condições de trabalho. Diante do protesto, tiveram que enfrentar a provocação de trabalho. Diante do protesto, tiveram que enfrentar a provocação de trabalho. Diante do protesto, tiveram que enfrentar a provocação de trabalho.

Parlamento Europeu exige embargo de armas contra sauditas por crimes de guerra no Iêmen

O Parlamento Europeu adotou uma resolução, que exige um embargo à escala da União Europeia sobre as vendas de armas para a Arábia Saudita devido aos crimes de guerra que cometeu no Iêmen. A resolução também critica os membros da UE que seguem vendendo armas ao reino do Golfo. A moção foi aprovada por 539 votos a favor e só 13 contra. 81 deputados se abstiveram.

O parlamento da UE “condena nos termos mais fortes a violência em curso no Iêmen e todos os ataques contra civis e infra-estruturas civis, que constituem crimes de guerra”, diz a resolução aprovada na quinta-feira (30), que condena a Arábia Saudita por matar e ferir indiscriminadamente civis “em violação das leis da guerra, inclusive através do uso de munições de fragmentação proibidas internacionalmente”.

A resolução também



Resolução também critica os membros da UE que seguem vendendo armas ao reino do Golfo

“deplora” o bloqueio do Iêmen estabelecido pela coalizão encabeçada pelos saudistas e condena “os ataques aéreos indiscriminados da coalizão que conduzem a baixas civis, inclusive crianças, e a destruição de infra-estrutura médica e civil”.

Os deputados europeus pediram à chanceler da UE, Federica Mogherini, que lance “uma iniciativa para impor um embargo de armas da UE contra

a Arábia Saudita”. Eles também pediram “uma estratégia integrada da UE para o Iêmen” e exortaram todas as partes do conflito “a acordarem urgentemente a cessação das hostilidades e a volta às negociações de paz”. A resolução também repudia os estados-membros que seguem vendendo armas para os saudistas, apesar dos numerosos relatos de crimes de guerra no Iêmen.

Zelaya e Nasralla denunciam fraude eleitoral e assassinatos. Servidor do TSE foi apagado. Repressão já matou 7 e feriu mais de 20. Toque de recolher em vigor desde sexta-feira

Uma multidão tomou as ruas de Tegucigalpa, San Pedro Sula, La Ceiba e das principais ruas de Honduras contra o assalto às urnas praticado pelo golpista Juan Orlando Hernández (JOH), candidato à reeleição. Até a tarde de terça a repressão causada pelas forças do governo já havia assassinado sete pessoas e ferido mais de 20, em meio ao “toque de recolher” e ao “estado de sítio”, às bombas de gás e tiros disparados a esmo.

A Aliança de Oposição Contra a Ditadura em Honduras, coalizão que liderou durante todo o período a apuração das eleições ocorridas no dia 26 de novembro, divulgou documento no último domingo em que repudia a vergonhosa fraude. A frente opositora afirmou ter sido informada por funcionários do próprio Tribunal Supremo Eleitoral de Honduras (TSE) que o servidor que abrigava os dados das eleições presidenciais foi formatado durante a apuração. Depois do sistema ter sido “limpo”, JOH passou, de uma hora para outra, a liderar a contagem dos votos.

“Quem sai eleito desta forma não poderia governar um povo. Ninguém deve obediência a um governo usurpador, como diz a Constituição”, afirmou o ex-presidente Manuel Zelaya, do Partido Liberdade e Refundação (Libre). Caso o governo persista na fraude, alertou o ex-presidente, haverá “uma escalada de desobediência civil”. “Eu não ia querer governar com uma rejeição de 70% das pessoas, que estão nas ruas, não se poderia estabelecer um governo nessas condições”, frisou.

Das mortes confirmadas três foram à bala em San Pedro Sula, no norte; dois em Choluta e o sexto em La Ceiba. A sétima vítima é uma jovem de 19 anos, Kimberly Dayana, de colônia Villanueva, em Tegucigalpa. A jovem saía de casa à noite para avisar um tio sobre o toque de recolher quando foi barrada pela polícia. “Saíram detrás de uma árvore uns policiais militares disparando a torto e a direito e a mataram com um tiro na cabeça”, relatou sua irmã.

“O servidor da base de dados foi formatado, isto é, apagado por completo e instalado do zero a partir de 29 de novembro de 2017. As inserções de manuais de uma suposta cópia física são armazenadas em outro servidor. Todos os eventos a partir de 26 de novembro foram eliminados”, destaca a carta da Aliança, assinada por Salvador Nasralla, candidato da oposição, e por Zelaya.

Segundo a oposição, os técnicos do Tribunal informaram que como os dados do servidor secundário estavam corrompidos não poderiam ter sido utilizados. Ainda assim, “de acordo com a declaração dos técnicos da TSE, a execução de todas essas ações foi autorizada pelo Tribunal”.

Portanto, conforme denunciavam Zelaya e Nasralla, toda a

contagem realizada no período anterior a 29 de novembro – em que todas as pesquisas indicavam a vitória opositorista – foi apagada e reintroduzida manualmente, por meio de outro servidor, também defeituoso. Antes da formatação ser feita, Nasralla liderava com uma vantagem de 5%.

“Deve se revisar tudo. O sistema caiu por 10 horas e um dos servidores foi danificado. Creio que tudo isso deve ser investigado e perguntado à empresa contratada”, declarou Marco Ramiro Lobo, juiz suplente do TSE, para quem deve ser feita uma investigação pormenorizada de todo o ocorrido.

A oposição também apontou uma série de solicitações que não foram atendidas pelo TSE, como o envio de 5.174 atas. Em vez disso, recebeu tão somente “um arquivo de números no Excel, sem imagem das atas”. 198 atas sequer teriam chegado a ser escaneadas.

Em relação à necessidade de recontagem dos votos dos departamentos de Lempira, Intibucá e La Paz, “onde a média nacional supera a média de todos os departamentos de Honduras, o Tribunal se negou a fazer a análise, verificação e soma de resultados”. “Isso confirma que existe algo de manipulação eleitoral nestes três departamentos”, sublinha a nota, “onde existem indícios de duplicação e substituição de atas, dados de transmissão e registros de resultados”. A tentativa é clara: “repetir as eleições fraudulentas de 2009 e 2013”.

Sublinhando que as fraudes “têm destruído a credibilidade do Tribunal perante a comunidade nacional e internacional”, a oposição defende que “se suspenda de imediato o estado de sítio e se convoque os principais partidos políticos para que, através do diálogo, se construa um consenso para a verificação da validação da apuração em definitivo”.

A Conferência Nacional de Direitos Humanos de Honduras (Conadeh) condenou como “terrorismo de Estado” o uso abusivo de forças policiais contra manifestantes que protestavam pacificamente pela recontagem dos votos. A Conadeh reiterou que a candidatura de JOH é ilegal e inconstitucional, pois foi realizada via decreto, passando por cima das leis e se sobrepondo à própria Constituição.

Repudiando “o ataque aos jornalistas por parte das forças de segurança e o cerco aos meios de comunicação”, a Conadeh afirmou que o país “vive grandes retrocessos democráticos e violações a direitos humanos” e decidiu denunciar o governo de JOH à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e ao Alto Comissariado das Nações Unidas em Direitos Humanos.

Conforme os resultados oficiais divulgados pelo TSE, foram 1.411.517 votos pela reeleição de JOH (42,98%), contra 1.359.170 votos de Nasralla (41,39%).

LEONARDO SEVERO

Faça sua mensagem de Ano Novo chegar a todos

Anuncie na edição especial de 22 de dezembro

www.horadopovo.com.br

EUA inicia a maior simulação de guerra contra a Coreia Popular

Os EUA e a Coreia do Sul iniciaram nesta segunda-feira (4) não apenas mais uma manobra militar conjunta na fronteira com a República Popular Democrática da Coreia como acontece frequentemente, desta vez as forças aéreas combinadas da Coreia do Sul e dos EUA realizam a maior simulação de guerra conjunta contra a RPDC em toda a história dos provocativos atos até aqui realizados e que ensaiam a invasão de Pyongyang e visam adestrar 12 mil efetivos militares mobilizados para atingirem 700 alvos dos mais importantes na capital coreana cujo objetivo é liquidar a capacidade de reação da Coreia Popular no caso da capital do país socialista sofrer um ataque nuclear dos EUA.

As manobras militares serão efetivadas pela Sétima Força Aérea dos EUA de hoje até a próxima sexta-feira (8) e contarão com 230 aviões de combate procedentes das bases militares norte-americanas no Japão e na Coreia do Sul que incluem o caça Stealth F-22 Raptor de versão ultramoderna e o F-35.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da RPDC, declarou em nota que “E a primeira vez que os EUA usam uma tão grande quantidade de aviões F-22 Raptor e F-35 num treinamento aéreo conjunto simulando uma batalha real na Península Coreana. Os EUA anunciam abertamente que o objetivo do presente exercício é treinar a capacidade de batalha real para neutralizar no período inicial da guerra os principais alvos estratégicos da RPDC. Há poucos dias os EUA haviam executado o treinamento de guerra nuclear de grande envergadura contra a RPDC em nossa fronteira mobilizando 3 porta-aviões nucleares e nos últimos dias divulga que é possível realmente o ataque nuclear contra a RPDC e agora os cupinchas de Trump buscam a guerra nuclear mediante o perigoso sorteio nuclear na Península Coreana, o que demonstra claramente quem é o verdadeiro maníaco de guerra nuclear que perturba e destrói a paz na Península Coreana”, denunciou o MINREX da RPDC.

E enfatizou: “Os EUA “satanizam” a RPDC qualificando de ameaça à paz e à segurança do mundo as medidas justas desta por fortalecer o dissuasivo nuclear autodefensivo o qual parte do objeto de preparar o pretexto do ataque preventivo nuclear contra a RPDC o que significa o prelúdio da guerra nuclear.”

Como deixou claro o decreto da Assembleia Nacional Popular Suprema da RPDC, a missão das forças armadas nucleares de nosso Estado reside em deter e rechaçar a agressão e o ataque dos EUA contra a RPDC e assestar o forte golpe de represália contra as bases principais da agressão. A realidade volta a mostrar que podemos defender a paz e a segurança da Península Coreana e do resto do mundo quando logramos o equilíbrio real das forças com os EUA, asseverou o MINREX.

No sábado (2) o Conselheiro de Segurança da Casa Branca, H.R. McMaster assegurou que a possibilidade de uma guerra com a República Popular Democrática da Coreia está sendo incrementada a cada dia. “Estamos em uma carreira, realmente estamos em uma carreira para resolver este problema. A RPDC representa a maior ameaça imediata para os EUA”, disse o funcionário de Trump no Forum Anual Reagan sobre Defesa Nacional realizado na Califórnia mas acrescentou que “o presidente Trump continua comprometido com a desnuclearização da Península Coreana”.

No início deste mês de dezembro Trump ridicula e provocativamente colocou novamente a RPDC na lista de países patrocinadores do Terrorismo, isso já havia sido feito pelo governo norte-americano em 1979 e em 1988. E ampliou o leque de sanções econômicas contra o país asiático que “ousou” desconsiderar as ameaças do “dono do mundo” e conseguiu desenvolver, apesar das imensas pressões dos EUA e seus aliados, um eficiente programa nuclear dissuasivo e autodefensivo com tecnologia própria que tem dado dores de cabeça ao “xerife do mundo” por este se ver obrigado a conviver com a realidade que quer negar: A Coreia socialista é um país que possui armas nucleares para sua defesa, portanto, atacar a Coreia socialista não é uma coisa assim tão simples.

O que Trump quer é a guerra. Já o mundo inteiro quer a paz.

ROSANITA CAMPOS

Rússia e China barram novas sanções dos EUA contra RPDC

O Conselho de Segurança da ONU, em reunião de urgência na quinta-feira (30) numa tentativa de Trump de discutir novas sanções contra Pyongyang após o teste de missil Hwasong 15 da Coreia Popular na última terça-feira, contou com a oposição de Moscou e Pequim, ambos com poder de veto no CS.

Ambos países reiteraram a posição comum de que “diálogo e da negociação” é o caminho para a resolução da crise criada por Washington na Península coreana.

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, foi mais explícito ao marcar as diferenças com a posição dos Estados Unidos e afirmou que o processo de sanção está esgotado. “Nós temos uma atitude negativa. Já dissemos mais de uma vez que a pressão das sanções acabou por conta própria”, disse Lavrov durante uma visita a Minsk, na Bielorrússia, em declarações citadas pela agência de notícias russa Tass.

O chanceler russo centrou-se nas resoluções da ONU com sanções contra a RPDC (República Popular De-

mocrática da Coreia), afirmando que elas contêm a demanda para retomar o processo de negociação, “uma demanda que o lado norte-americano ignora”.

Abertamente crítico da posição da Casa Branca, Lavrov também sugeriu que a posição hostil dos EUA empurrou Pyongyang para os testes nucleares e de mísseis. “Parece que eles [EUA] teriam feito tudo de propósito para Kim Jong-un perder o controle e fazer um movimento desesperado”, disse o chefe da diplomacia do Kremlin. E ele advertiu que, se os americanos “querem destruir a Coreia do Norte, eles deveriam dizê-lo abertamente e a liderança dos EUA deve confirmar isso. Então, decidiríamos como responder”.

A China reduziu embarques de petróleo para Coreia Popular em outubro, sob sanções impostas ao país pelo CS, mas não cancelou completamente o fornecimento. A solução deve vir através de “negociação e diálogo” e intervenção militar também não é opção”, disse Geng Shuang, porta-voz da chancelaria chinesa.

Senado aprova para Trump presente de Natal de US\$ 1,5 tri para ricos



Protesto em frente ao Senado em Washington: Parem o roubo da fraude fiscal!"

Suprema Corte dá gás à xenofobia de Trump

A Suprema Corte dos EUA garantiu nesta segunda-feira (4) uma vitória ao chauvinismo e à xenofobia do presidente Donald Trump, ao permitir que entre plenamente em vigor seu veto migratório a pessoas de seis países de maioria muçulmana enquanto as disputas legais continuam em andamento em cortes inferiores. Assim, passarão a ser proibidas de ingressar nos EUA pessoas oriundas do Irã, Líbia, Síria, Iêmen, Somália e Chade. A decisão se deu por 7 a 2.

Cortes inferiores tinham antes delimitado que o veto era válido somente para pessoas sem parentes morando

nos Estados Unidos ou outras conexões já estabelecidas com o país. O veto de Trump havia sido questionado em ações separadas pelo estado do Havaí e pela American Civil Liberties Union (ACLU). Ambos os processos alegavam que o mais recente veto, assim como seus antecessores, era discriminatório contra muçulmanos, em uma violação à Constituição dos EUA, e não era permissível sob as leis de imigração.

Esse veto é a terceira versão de uma política polêmica que Trump tentou implantar inicialmente uma semana após a posse

em janeiro. Em decorrência, ordens que bloquearam parcialmente o último veto devem ser suspensas enquanto cortes de apelação em São Francisco, na Califórnia, e Richmond, na Virginia, avaliam os casos. Ambas as cortes devem ouvir argumentações esta semana.

Trump emitiu seu primeiro veto migratório tendo como alvo diversos países de maioria muçulmana em janeiro, depois lançou uma versão revisada em março, quando o primeiro foi bloqueado por cortes federais, que expirou em setembro, após longa batalha judicial.

“Confissão” de Flynn nada tem ver com ‘Russiagate’

Em mais um lance da chicana do “Russiagate” – a inexistente ingerência russa nas eleições nos EUA de 2016 – o ex-conselheiro de segurança nacional de Trump, general Michael Flynn, se declarou ‘culpado’ de ‘mentir para o FBI’ sobre sua conversa com o então embaixador russo Sergei Kislyak, mas negou como “falsas e ultrajantes” as acusações de traição.

Flynn, que obviamente teve seu telefonema para Kislyak grampeado e, diante da chamada lei Logan - que jamais foi aplicada em duzentos anos contra

quem quer que seja - não tinha outro caminho senão esse. Imediatamente, a ABCNews publicou a fake news de que Flynn dissera ter sido instruído “por Trump” a entrar “em contato com os russos”, mas teve de recuar rapidamente após ser desmascarada.

A motivação de Flynn para telefonar para Kislyak foi a de convencer o governo russo a não retaliar a provocação cometida pelo presidente fim-de-feira Obama, que a poucos dias de deixar o governo expulsou dezenas de

diplomatas russos. Flynn também pediu – como revelou – que a Rússia apoiasse ou retardasse na ONU uma votação sobre Israel.

Quando Flynn realizou as gestões junto a Kislyak, Trump já estava eleito, o general fazia parte da equipe de transição e, assim, a única pergunta cabível sobre o fato é, como registrou um analista, “e daí?” Nada havia de ilegal nem em Flynn telefonar, nem no fato do embaixador atender. Inclusive nada havia de ilegal em discutir as sanções.

May e Juncker avançam mas acordo sobre Brexit não fecha

A União Europeia e a Grã Bretanha não conseguiram nesta segunda-feira (4) chegar a um acordo sobre a conclusão da primeira fase das negociações do Brexit, anunciaram a primeira-ministra Theresa May e o presidente da Comissão Europeia, Jean Claude Juncker

“Apesar de nossos melhores esforços e do significativo progresso alcançado nas últimas semanas, não foi possível chegar a um acordo completo hoje”, afirmou Juncker, acrescentando que a falta de um acordo “não é um fracasso”.

Por sua vez May asseverou que “os dois lados têm trabalhado duro e de boa fé, temos negociado duramente”. “Voltaremos a nos reunir no final da semana e também estou confiante que concluiremos isso de forma positiva.”

A Grã Bretanha tem pressa de chegar à segunda fase – como será o comércio entre as duas partes daqui em diante, que é fundamental para o país -, mas os europeus exigem antes compromissos definitivos sobre a ruptura.

Segundo as agências de notícias, os avanços se referem ao valor a ser pago pela Grã Bretanha para deixar a União Europeia, e quanto

aos direitos mútuos dos cidadãos dos dois lados após o Brexit – o que os dois chamaram de “entendimento comum”. A UE e Londres estão trabalhando intensamente para ter um acordo antes da cúpula da organização europeia, que ocorrerá de 14 a 15 de dezembro.

A questão que segue pendente é a da fronteira irlandesa, assunto que acaba envolvendo questões delicadas. May e Juncker voltarão a se reunir no final de semana. O governo de Dublin pediu a Londres que faça de tudo para evitar a volta de uma fronteira física com a província britânica da Irlanda do Norte, quadro estabelecido no acordo de paz da Sexta-feira Santa de 1998 entre a Inglaterra e o IRA.

Conforme os analistas, persistem as dificuldades em encontrar uma redação adequada que garanta a fronteira na protegida [aberta] estabelecida no acordo de paz de 1998 que deu fim a três décadas de confrontos sangrentos. Quanto à questão, o presidente do Conselho Europeu, outra instância da UE, o polonês Donald Tusk, afirmou que “se a oferta

britânica for inaceitável para a Irlanda, também será inaceitável para a UE”.

Conversas preliminares entre Dublin e o governo May irritaram os aliados do governo conservador em Belfast, o Partido Unionista Democrático da Irlanda do Norte (DUP), que emitiu uma reiteração intransigente de sua recusa em aceitar qualquer “divergência” quanto às regras sobre o continente. Para complicar, o governo escocês e o prefeito de Londres também disseram que se houver um status especial para Belfast, também querem aderir a ele.

O primeiro-ministro irlandês, Leo Varadkar, cancelou uma coletiva de imprensa após o anúncio de Juncker e May. “Estou surpreso e desapontado com o fato de que o governo do Reino Unido parece não estar em posição de concluir o que foi acordado no início de hoje”, afirmou. Ele acrescentou aceitar que a primeiro-ministra britânica haja pedido “mais tempo” e saber que ela “enfrenta muitos desafios e negocia de boa fé”, mas concluiu que sua posição e a do governo irlandês “são inequívocas”.

Maduro anuncia ‘Petro’, o Bitcoin venezuelano

O presidente Nicolás Maduro anunciou no domingo (3) a criação de uma criptomoea venezuelana denominada “Petro” para “avançar na superação de problemas financeiros e em direção a um sistema financeiro sólido”.

Maduro asseverou que o ‘Petro’ “será baseado em riqueza de petróleo, gás, ouro e diamantes”.

Com esta nova moeda, Caracas procura promo-

ver o progresso na soberania monetária, fazer transações financeiras e superar o bloqueio financeiro. De acordo com Maduro, a iniciativa foi proposta pelo ministro da Educação, Ciência e Tecnologia, Hugel Roa, cujo ministério será anexado (sic) ao novo Observatório Blockchain da Venezuela.

O Blockchain – como é chamada a tecnologia

que permite descentralizar registros para aumentar a segurança das criptomoeas – chega firme e já anexando um ministério!

Esta instituição está formada por uma equipe multidisciplinar de 50 especialistas em economia, tecnologia, direito e mídia.

“O Petro foi criado neste 3 de dezembro e é um passo histórico”, proclamou Maduro ao final do discurso.

A “reforma” de Trump vai aumentar impostos das pessoas de renda de US\$ 40 mil a US\$ 50 mil anuais em US\$ 5,3 bi e reduzirá em US\$ 5,8 bi impostos dos que ganham US\$ 1 milhão ou mais por ano

Sem discussão, sem oposição séria dos democratas, sem mobilização contra de vulto e sequer sem se saber direito o que estava sendo votado, o Senado dos EUA aprovou por 51 a 49 a reforma tributária do governo Trump que transfere em uma década US\$ 1,5 trilhão dos mais pobres para os monopólios e os bancos, reduz o imposto de renda das corporações quase pela metade, aumenta o déficit e abre caminho para “a reforma do estado de bem-estar social”, a cínica forma como o presidente bilardário chamou a intenção de assaltar os programas sociais em um comício em Missouri.

A votação ocorreu às duas horas da madrugada de sábado, com o texto de 500 páginas tendo chegado com mudanças rabiscadas nas margens em caligrafia quase ilegível. A tramitação da lei no Congresso durou apenas um mês, sem audiências públicas ou debate com especialistas, e os republicanos atropelando o regulamento para impossibilitar a obstrução.

As versões do Senado e da Câmara – cada uma pior que a outra - serão cotejadas e harmonizadas por uma comissão bilateral, para que Trump assine o ahaque antes do final do ano. Apenas um senador republicano votou contra.

Assim, num país onde três bilionários – Jeff Bezos, Bill Gates e Warren Buffet - têm tanta riqueza quanto a metade da população, passou batida a indecente redução do imposto de renda corporativo de 35% para 20% - menor que no Japão (41%), França (33,3%, sendo que as 320 maiores pagam 38%), Canadá (33,5%), Alemanha (29,5%), Inglaterra (28%) e Suécia (28%) [os dados são da KPMG].

Nos últimos anos, ao invés de investirem e gerarem empregos, as corporações só fizeram recomprar ações, para inflar a capitalização das empresas nas bolsas e aumentar o pagamento de dividendos e bônus aos executivos. Na reforma de Trump, os cartões ainda obtiveram a benesse de repatriar o capital que vêm mantendo nos paraísos fiscais, por módicos 14,5%.

Essa legislação só pôde ser aprovada porque não há resistência organizada nos EUA. Os democratas não fizeram nenhum apelo à oposição popular, que é generalizada conforme variadas pesquisas de opinião.

Ao invés disso, no período da imposição da reforma de imposto de Trump, os democratas se concentraram na caça às bruxas sobre a suposta ingerência russa nas eleições de 2016 e na onda de denúncias de assédio sexual. A AFL-CIO também ficou muda.

Para facilitar o aacheque, os republicanos embrulharam sua colossal transferência de riqueza para as corporações – a redução permanente do imposto de renda -, com reduções temporárias em algumas faixas de renda mais baixas. A estas faixas, o que davam com uma mão tiravam com a outra, como o aumento da isenção e o corte de deduções.

Assim, os 0,1% do topo verão em 2027 um aumento de 2% na sua renda pós-imposto, enquanto os 20% mais pobres sofrerão redução de renda. Também segundo estudos de órgãos controlados pelos próprios republicanos, a lei acabará por aumentar os impostos das pessoas de renda US\$ 40.000-50.000 anuais em US\$ 5,3 bilhões e reduzirá em US\$ 5,8 bilhões os impostos daqueles que ganham US\$ 1.000.000 ou mais por ano.

Um dos “argumentos”

centrais da cúpula republicana para entupir os ricações ainda com mais dinheiro, foi a de que a reforma, ao reduzir imposto para as corporações, iria aumentar os investimentos e gerar mais empregos e mais receita. Uma balela que foi contestada pelo Comitê de Tributação do Congresso dos EUA, que advertiu para um aumento do déficit público nos próximos dez anos de US\$ 1 trilhão.

Como a diferença de votos no Senado era muito estreita e bastava uma mudança de três votos entre os republicanos para a rejeição da reforma tributária, a reta final da votação foi aquele momento de devoção sãofranciscana. A senadora Lisa Murkowski obteve a abertura à perfuração de petróleo e gás do Refúgio de Nacional de Vida Selvagem do Ártico, no Alasca. “Eu queria mais”, disse o senador republicano Ron Johnson, tido na véspera como reticente. Acrescentou: “mas sou um ser humano razoável”.

A ele e ao senador Steve Daines a mídia atribui ainda o aumento da dedução do imposto “pass through” sobre pequenas empresas de 17,4% para 23%. Quem também virou foi Susan Collins, que não votara contra o Obamacare.

Um grupo de 15 senadores democratas andou oferecendo seus préstimos até o último minuto, mas ao que parece não deu para fechar negócio. “Por que se contentar com apenas 50 votos quando você poderia conseguir até 70”, afirmaram em uma entrevista coletiva quatro dias antes da votação. “O país precisa de uma reforma tributária significativa”, reiterou o senador Joe Manchin, da Virginia Ocidental.

PRÓXIMO ALVO

Agora, os capos republicanos já não escondem que o próximo alvo são o Medicare, a Previdência e os programas sociais. Como a transferência maciça de dinheiro para as corporações vai gerar um déficit, vão dizer que só há um jeito de resolver, desidratar os programas sociais conquistados no New Deal e na Grande Sociedade. O Escritório de Orçamento do Congresso já advertiu sobre um déficit no Medicare de US\$ 500 milhões em dez anos.

Na semana passada, o senador republicano da Flórida, Marco Rubio, contestando quem dizia que a redução de impostos levaria ao déficit, argumentava que “pelo contrário, os custos podem ser compensados pela imposição de ‘mudanças estruturais’ na Previdência Social e no Medicare no futuro”. Também poderia ter acrescentado por sua conta e risco: “comam brioches”.

Na véspera da votação, o secretário do Tesouro, o Goldman-boy Steven Mnuchin, advertira sobre o risco para a bolha de Wall Street se o Senado não entregasse o que era ordenado. Na verdade, ainda vai demorar muito até Trump transferir tanta renda para as corporações e os magnatas quanto fez Obama, com seu bailout, juros zero e quantitativo easing, mas o bilionário faz a coisa com gosto.

De acordo com o NYT e o Washington Post, baseado-se na declaração de renda de Trump de 2005, a única disponível, sob a nova lei Trump economizaria US\$ 31.000.000 dos US\$ 38.000.000 que ele pagou de imposto naquele ano, bem como – na versão da Câmara – escaparia de US\$ 1,1 bilhão em impostos de transmissão de transmissão de herança sobre propriedade. Desse jeito, não há pântano que não seque.

ANTONIO PIMENTA

Atentado contra a CLT é também um atentado contra a Constituição

Sindicatos, centrais, entidades populares e partidos políticos progressistas estão, no momento, dirigindo aos juizes que formam a Justiça Trabalhista, memorial onde demonstram a inconstitucionalidade do ataque aos direitos trabalhistas, configurados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), perpetrado pelo governo Temer e aprovado pelo pior Congresso da história da República – o mais desligado do país e do povo, o mais corrupto, o mais descompromissado até mesmo de direitos humanos elementares, como são os direitos trabalhistas.

O memorial, de clareza singular e sólida base, foi redigido pelo jurista Vivaldo Barbosa – que, na tradição de um Rui, foi três vezes deputado federal (inclusive fez parte dos constituintes que elaboraram a Constituição de 1988) e secretário de Justiça do primeiro governo Brizola no Rio de Janeiro.

Não é pouco – é preciso ressaltar – o mérito de Vivaldo, que condensou, em um único documento, observações, comentários e pareceres que constam em publicações da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (ABRAT), do Sindicato Nacional

dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT) e da Procuradoria Geral do Trabalho – além, evidentemente, da sua própria contribuição.

Quanto ao conteúdo do atentado, trata-se de impor um retrocesso de 90 anos – talvez mais – ao país. Até mesmo o comecinho direito a um piso nos salários – ou seja, ao salário mínimo – foi liquidado nas dobras de aberrações como o famigerado “trabalho intermitente”.

Com repercussão evidente, e desastrosa, sobre a economia: o Brasil vegetou, estagnado, por décadas sob a escravidão – que limitava severamente a possibilidade de empreendimentos produtivos, por falta de base interna, de mercado nacional, para sustentá-los. Mesmo depois da Abolição e da República, por décadas, até a Revolução de 1930 – e da instituição das leis que depois, em 1943, seriam reunidas na CLT – o país não conseguia realizar seu potencial de desenvolvimento.

O ataque de Temer aos direitos trabalhistas, se tivesse alguma condição de se manter em pé, nos enviaria de volta a essa época, anterior a 1930, com seu cortejo de misérias e aflições.

E de modo inteiramente ilegal, rasgando a Constituição, como demonstra o memorial redigido por Vivaldo Barbosa.

C.L.

VIVALDO BARBOSA

I – No PREÂMBULO, a Constituição afirma assentar-se na garantia do exercício dos direitos sociais e no artigo 1º. assegura que a República tem como fundamento (III) a dignidade da pessoa humana e (IV) os valores sociais do trabalho.

Os artigos 6º a 11 inserem as relações de trabalho no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais assegurados pela Constituição, deixando de ser, como nas constituições anteriores, uma parte da Ordem Econômica e Social.

O art. 6º afirma que o trabalho é direito social do povo brasileiro e o art. 7º estabelece um conjunto de direitos dos trabalhadores urbanos e rurais e assegura outros direitos que a lei e as negociações vierem a estipular como direitos constitucionais.

Veda, assim, qualquer retrocesso nos direitos trabalhistas, que são direitos sociais do povo brasileiro. Nem emenda constitucional poderá prejudicar, diminuir, amesquinhar os direitos trabalhistas como direitos sociais básicos do povo brasileiro, conforme o art. 60, inciso IV.

II – O ACATAMENTO e a aplicação desses princípios fundamentais ficam extremamente enfraquecidos diante dos termos da nova lei.

A lei reduz a proteção social ao trabalho. Além disso, cria graves distinções de direitos nas relações de trabalho – fere o princípio da isonomia do caput do art. 5º; estabelece vários obstáculos para o trabalhador buscar seus direitos violados, criando barreiras ao acesso amplo à Justiça (art.5º, XXXVI); desconhece a função social da propriedade e da empresa (art.5º, XXIII e 170); cria e fomenta contratos de trabalho precários com menores direitos e abre às fraudes na possibilidade de transformar trabalhadores em autônomos e na pejotização.

III – O BRASIL é membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde a sua criação pelo Tratado de Versalhes em 1919, hoje organismo da ONU desde 1946.

O Brasil está comprometido com os direitos e princípios fundamentais do trabalho buscados pela OIT em seus Convênios e Tratados, que obrigam a legislação brasileira, assim como a extensão da proteção social e o diálogo social, através da negociação coletiva, pois o trabalho é condição da vida e direito social. Em fevereiro



Vivaldo Barbosa

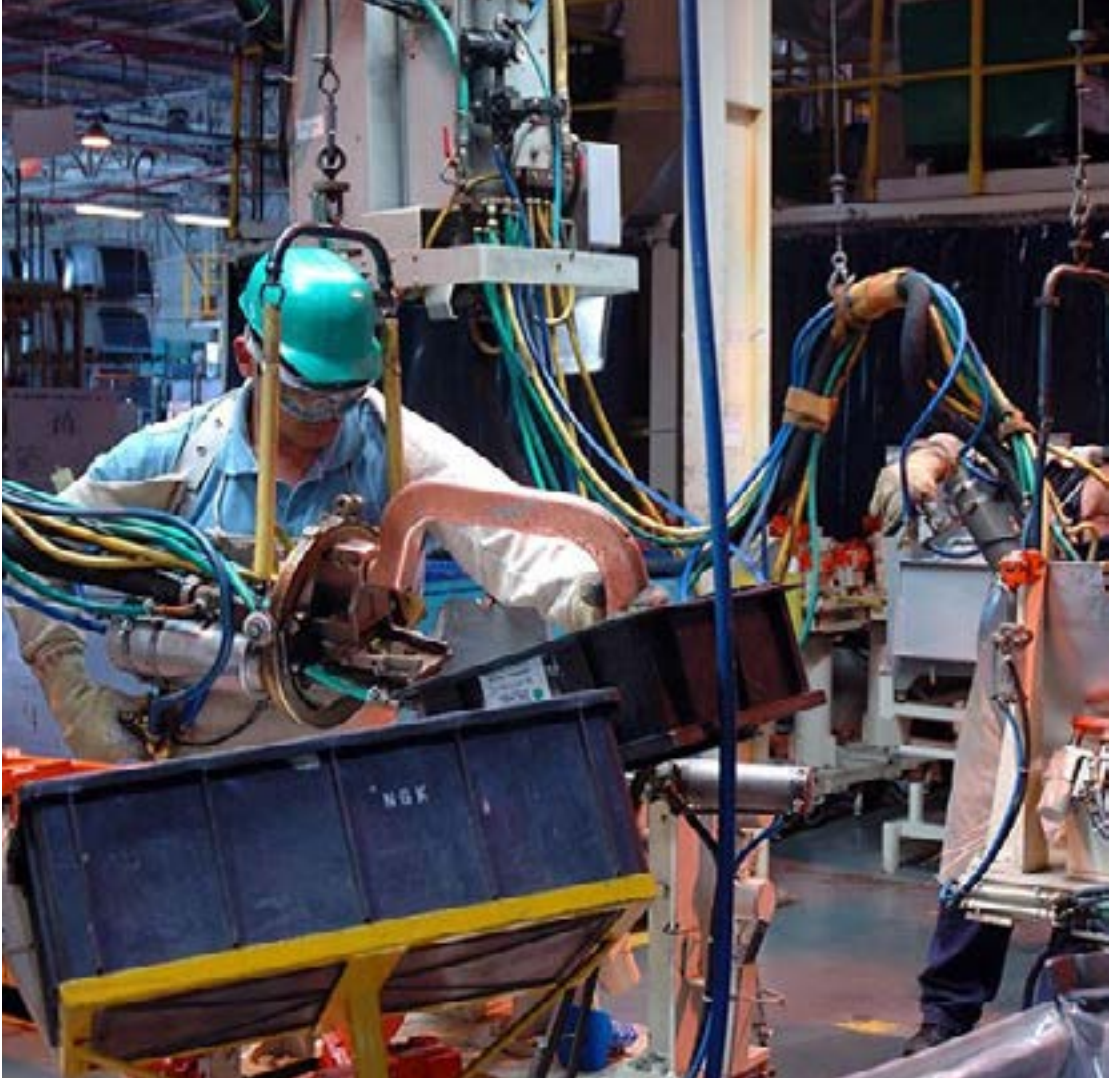
de 2017, relatório do Comitê de Peritos em Aplicação de Convenções e Recomendações da OIT afirma que “o objetivo geral das convenções 98, 151 e 154 é o de promover a negociação coletiva sob a perspectiva de tratativas de condições de trabalho mais favoráveis que as fixadas em lei”.

IV – A DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos da ONU, que obriga o Brasil, estipula em seu art. 23 – item 3 que é direito de todo trabalhador remuneração equitativa e satisfatória à existência e dignidade humana.

O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o chamado Protocolo de San Salvador, igualmente obriga o Brasil com a manutenção dos direitos trabalhistas.

V – QUANDO a lei estabelece que o negociado prevalece sobre o legislado, acolhe e procura legitimar negociações coletivas e individuais que venham a diminuir direitos trabalhistas, fere as normas legais e constitucionais de proteção ao trabalho em toda e qualquer situação e procura extinguir ou reduzir direitos sem compensações, o que o art. 7º da Constituição não admite.

A finalidade da Constituição é que negociações incorporem direitos que visem à melhoria da condição social do trabalhador. Não é para reduzir a eficácia de dispositivos legais e constitucionais em matéria das relações de trabalho. É o que recomenda a OIT no relatório acima indicado. Ao contrário, a lei nova veio com a finalidade de flexibilizar e reduzir os pa-



Ataque aos direitos trabalhistas perpetrado pelo governo e aprovado por um Congresso corrupto e descompromissado com o Brasil e o povo é um retrocesso de 90 anos na história do país. Foto: Metalúrgicos da GM

tameres mínimos da proteção social do trabalho.

Note-se que a lei lista uma série de situações, que abrange quase toda a relação de trabalho, e mesmo assim abriu para todas as hipóteses ao referir-se que a lista era “dentre outros casos”.

VI – INCONSTITUCIONALIDADES específicas:

1) Não houve negociação com as entidades representativas dos trabalhadores na elaboração da lei, como exigem as Convenções 144 e 154 da OIT, ratificadas pelo Brasil e incorporadas na legislação brasileira.

2) Estimula a fraude, ao possibilitar as figuras falsas de autônomos e pessoas jurídicas anômalas com demissões de empregados com contratos de trabalho e suas contratações como autônomos exclusivos da empresa e pessoas jurídicas individuais. Deixa de ser empregado, mascara sua situação de trabalhador possuidor de direitos, tanto os das leis quanto os dos acordos coletivos. Não terá nem os direitos assegurados pelo art. 7º da Constituição. Burla frontal da Constituição.

3) Terceirização ampla, em qualquer contrato, em qualquer atividade da empresa, até das atividades fins, exime a empresa do cumprimento das obrigações trabalhistas. E cria a figura do contrato trilateral: trabalhador, empresa que o contratou e empresa onde ele efetivamente vai trabalhar.

Fere a essência constitucional da compreensão do contrato de trabalho como sendo entre empregado e empregador. Amplia a possibilidade das violações a direitos, afeta férias, 13º, FGTS, aviso prévio, aposentadoria, rebaixamento de remuneração. Esvazia e dificulta a luta do trabalhador e do seu sindicato por direitos.

Precariza o emprego, cria alta rotatividade. Fere o princípio da igualdade e abre portas para discriminações proibidas pelo art.3º. da Constituição. Desvia o trabalhador de sua integração à empresa de sua atividade profissional, deixa de existir participação nos lucros. Abre possibilidades de aumento da jornada de trabalho, elevação da inadimplência de direitos rescisórios e trabalho em condição análoga à de escravo.

Pode levar à existência de empresa sem empregado, violando o princípio constitucional do valor social da livre iniciativa e da propriedade. Violará as normas de inclusão de portadores de deficiência,

de inserção e qualificação de jovens, piso salarial, isonomia na remuneração de trabalho idêntico, afronta as aplicações de salário educação, salário família, desenvolvimento científico, pesquisa e capacitação tecnológica. Na empresa pública, violará princípios de concurso público.

4) Trabalho intermitente. O trabalhador fica subordinado ao patrão, mas poderá trabalhar apenas algumas horas, semanas ou meses ou anos, com remuneração pelo que trabalhar, sem garantias de piso salarial e do próprio salário mínimo mensal. Sem remuneração fixa. Todos os direitos serão retalhados – férias, 13º, FGTS. Terá que trabalhar muito mais anos para se aposentar, pois a aposentadoria será contada por dias trabalhados, com valores abaixo do normal, pois as contribuições serão menores, em função dos dias trabalhados. A responsabilidade econômica passa para o trabalhador, viola o ideal de justiça social, os direitos fundamentais e sociais. Afronta as disposições constitucionais citadas dos art. 3º. I, III e 170, III e VIII.

5) Negociação individual para jornada de trabalho e banco de horas. A Constituição impõe acordo ou convenção coletiva. Dispensa pagamento de horas-extras, pois admite compensação em até seis meses. Admite trabalho de 12 horas, até em atividades insalubres. Admite trabalho aos domingos, feriados e prorrogação do trabalho noturno sem pagamento em dobro. Tudo por acordo individual. Afronta os incisos XVI e XVII do Art. 7º. da Constituição. Permite acordo na demissão para receber metade do aviso prévio e do FGTS – fere os incisos III e XXI do art. 7º.

6) Permite aos sindicatos negociar acordos de redução de direitos sem contrapartida. Desrespeita o art. 7º, que só em três situações aceita não haver contrapartida: a redução justificada de salários (inciso VI), a compensação de horários e a redução da jornada (inciso XIII), e a instituição de turnos ininterruptos de revezamento (inciso XIV).

7) Descumprimento de norma de ordem pública de saúde e segurança no trabalho – redução do intervalo intrajornada para 30 minutos – sem qualquer restrição sobre tipos de atividades ou observância de condições mínimas para que o trabalhador efetivamente possa ter algum descanso nes-

se curto lapso de tempo. Com isso, descumpre a previsão constitucional do inciso XXII.

8) Previsão da possibilidade de definição de funções de confiança (inciso V). Permitirá que funções triviais de determinadas empresas sejam definidas como “de confiança” com o único intuito de não pagar horas extraordinárias, em clara tentativa de esvaziar a aplicação do inciso XVI do artigo 7º, barateando a mão-de-obra e sonegando o pagamento de adicional de horas extras para os trabalhadores.

9) Permite que todas as normas legais relativas ao regime de sobreaviso, ao teletrabalho e ao trabalho intermitente, possam ser simplesmente afastadas por negociação coletiva. Isso é dar aos sindicatos um “cheque em branco”, permitindo o afastamento de vários dos direitos previstos no artigo 7º da Constituição, como pagamento de 13º salário, do repouso semanal remunerado, das férias com acréscimo de um terço e dos adicionais legais.

10) Negociar a remuneração apenas com base na produtividade. Isso pode gerar situações em que os trabalhadores, para terem uma maior remuneração, trabalhem o máximo possível, num intenso desgaste físico e mental que pode levar a doenças e mortes. É uma carta branca para que as empresas explorem ao máximo o trabalhador que, para ter uma remuneração melhor, pode vir a ter que trabalhar acima dos limites constitucionais de jornada.

11) Permite o reenquadramento do adicional de insalubridade. Extremamente injusto e inconstitucional, possibilitando, por exemplo, que o trabalhador que trabalhe submetido a agentes insalubres em grau máximo (pela CLT, com direito a receber um adicional de 40%) possa vir a receber um adicional de 10%, como se estivesse exposto a um grau mínimo de insalubridade. Fere o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, esvaziando a sua aplicação.

12) Permite ao empregador exigir o trabalho de gestantes e lactantes em atividades consideradas insalubres, ainda que sujeitas à liberação de médicos de confiança do mesmo. Põe em risco um dos postulados básicos do estado brasileiro que é a proteção à vida humana e aos direitos do nascituro. Confronta com diversos princípios da Lei Maior, tais como a dignidade da pessoa humana



(art. 1º, inciso III), o valor social do trabalho (art. 1º, inciso IV), a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, caput), a função social da propriedade (art. 5º, inciso XXIII), a proteção do mercado de trabalho da mulher (art. 7º, inciso XX) e a redução dos riscos inerentes ao trabalho (art. 7º, inciso XXII).

13) Elimina o intervalo de 15 minutos destinado ao descanso da mulher antes do início da jornada extraordinária, inserido no capítulo *Da proteção do trabalho da mulher*.

14) Quando o empregado trabalha no período de descanso, por acordo, receberá indenização e não salário – não incidirá sobre esta parcela outros direitos, o que afeta a remuneração assegurada pela Constituição.

15) Prêmios, abonos, diárias habituais não integrarão salários, não incidindo outros direitos, férias, 13º, etc. Possibilita fraudes, pois possibilitará mascarar tais verbas em vez de salários. O art. 201, § 11 da Const. Impõe que ganhos habituais integram salários para efeitos de aposentadoria.

16) Ao impor tempo para equiparação salarial e aplicá-la somente aos trabalhadores contemporâneos dificulta equiparação salarial, o que fere o tratamento isonômico da relação de trabalho, o que fere art. 5º. Da Constit.

17) Ao permitir a livre negociação individual para salários de nível superior fere proteção do inciso XXXII do art. 7º, que proíbe distinção entre trabalho técnico, manual e intelectual.

18) Libera o trabalho extra, sem levar em conta o direito ao lazer do § 3 do art.217, nem a adequação das capacidades físicas e mentais do trabalhador e dispensa licença das autoridades de higiene do trabalho.

19) Cria comissão de representantes dos trabalhadores de empresas com mais de 200 empregados com atribuições amplas de negociação com as empresas, ferindo o art. 11 e o art.8º. ao atribuir-lhe competência reservada a sindicatos, criando representação paralela e concorrente ao sindicato.

20) Exclui a responsabilidade do empregador:

- no teletrabalho, ao responsabilizar o trabalhador pelos equipamentos, doenças e acidentes, assumindo custos e riscos; deixa de garantir o salário mínimo e os riscos de acidentes, ferindo incisos IV, V, VII e XXII do art.7º;

- impõe ao empregado custos de higienização de uniformes, mesmo com logo marca da empresa, diminuindo valor da remuneração;

- a reparação de danos morais, extrapatrimoniais: honra, imagem, intimidade, autoestima, ficam restritos ao âmbito das relações de emprego, afasta a Constituição e o Código Civil, aplica apenas dispositivos da lei nova.

Isto implica em excluir vida privada das relações de emprego, a liberdade religiosa;

torna direito exclusivo do empregado, o que afasta o Ministério Público e as ações civis públicas, os sindicatos, o que fere os art. 8º. E 129 da Constituição;

limita os valores da indenização a salários, afastando a resposta proporcional à ofensa e a reparação integral dos danos, de acordo com art 5º., V e X da Const.

Leia o texto completo em nosso portal <http://horadopovo.org.br/>